



REPÚBLICA
PORTUGUESA

AGRICULTURA

dgav
Direção Geral
de Alimentação
e Veterinária

2019

Relatório do Plano Nacional de Controlo Plurianual Integrado

PORTUGAL

RELATÓRIO
DO
PLANO NACIONAL DE CONTROLO PLURIANUAL INTEGRADO
(2015-2019)

2019

Decisão 2008/654/CE, de 24 de julho

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

Introdução.....	2
I - DADOS GLOBAIS SOBRE OS CONTROLOS OFICIAIS	4
1. Controlos Oficiais.....	6
2. Não Conformidades (NC).....	9
3. Medidas Tomadas	16
4. Recursos	18
II – Apresentação de Resultados.....	19
1. Sistema de Controlo em Géneros Alimentícios.....	19
2. Sistema de Controlo em Saúde Animal	56
3. Sistema de Controlo de Bem Estar Animal	88
4. Sistema de Controlo em Alimentação Animal	92
5. Sistema de Controlo em Fitossanidade	96
III - AUDITORIAS – SISTEMA NACIONAL DE AUDITORIAS.....	102
1 - Auditorias Internas	102
2 - Auditorias Externas.....	109
IV - ALTERAÇÕES AO PNCPI 2015-2019.....	118
SIGLAS.....	119

RELATÓRIO ANUAL DO PLANO NACIONAL DE CONTROLO PLURIANUAL INTEGRADO - 2019

INTRODUÇÃO

O artigo 44.º do Regulamento (CE) 882/2004 de 29 de abril do Parlamento Europeu e do Conselho estabelece que os Estados Membros devem enviar à Comissão Europeia um Relatório Anual que resuma os resultados dos controlos oficiais e auditorias realizadas no ano anterior, ao abrigo das disposições do Plano Nacional de Controlo Plurianual (PNCPI).

O citado Relatório, elaborado em conformidade com a Decisão 2008/654/CE de 24 de julho, que estabelece as diretrizes destinadas a ajudar os Estados Membros na sua elaboração, reflete a execução dos controlos oficiais efetuados durante o ano em estudo.

No PNCP 2015-2019, de forma a facilitar a apresentação dos dados, foi decidido agrupar os vários planos de controlo oficiais existentes em Sistemas. Foram definidos cinco sistemas: Géneros Alimentícios; Saúde Animal; Bem-estar Animal; Alimentação Animal e Fitossanidade.

O Relatório do Plano Nacional de Controlo Plurianual de 2019 que em seguida se apresenta, contempla 4 Capítulos:

- **Capítulo I - Dados Globais sobre os Controlos**, onde se sistematizam os dados numa tentativa de sintetizar os resultados globais obtidos a nível nacional.
- **Capítulo II - Apresentação de Resultados**, onde se apresentam os resultados agregados por Sistemas, de acordo com a estrutura definida no PNCPI 2015-2019.
 1. Sistema de Controlo em Géneros Alimentícios
 2. Sistema de Controlo em Saúde Animal
 3. Sistema de Controlo em Bem-estar Animal
 4. Sistema de Controlo em Alimentação Animal
 5. Sistema de Controlo em Fitossanidade

- **Capítulo III - Resultados do Sistema Nacional de Auditoria**, onde se apresentam os resultados obtidos pelas auditorias internas e externas
- **Capítulo IV - Alterações ao PNCPI**, onde são descritas as alterações a implementar aos planos de controlo vigentes

I - DADOS GLOBAIS SOBRE OS CONTROLOS OFICIAIS

Os dados constantes na análise que se segue referem-se apenas aos relatórios dos Planos Não Específicos, uma vez que a informação pretendida para os Planos Específicos é diferente, sendo os indicadores e metas definidos pela CE, e não sobreponível.

Alguns planos não reportaram a totalidade dos resultados, o que não permitiu uma completa análise sobre a sua execução, contudo, e apesar de incompletos, a informação prestada foi sempre referenciada nos quadros dos apuramentos efetuados, constantes do Capítulo II deste relatório.

Importa destacar que a ausência de reporte respeitante a alguns dados distorce a análise da execução temporal do desempenho global dos sistemas de controlo, pois não permite efetuar comparações à evolução temporal dos indicadores de realização dos respetivos planos de controlo.

O quadro seguinte evidência por cada Sistema do PNCPI, a relação dos planos específicos (PE) e planos não específicos (PNE) que não apresentaram a totalidade do relatório com os dados de execução, ou que apresentaram dados incompletos.

Quadro 1.1
Número de relatórios de execução dos planos de controlo oficial (2019)

Sistema	PE	Falta	Incompletos	PNE	Falta	Incompletos
	N.º de planos					
Géneros Alimentícios (GA)	3	1	1	22	1	0
Saúde Animal (SA)	15	2	1	11	1	0
Alimentação Animal (AA)	0	0	0	3	0	0
Bem Estar Animal (BEA)	1	1	0	1	0	0
Fitossanidade (Fit)	0	0	0	3	0	0
Total	19	4 (21%)	2 (10,5%)	40	2 (5,0%)	0

Considerandos relativos ao Quadro 1.1:

Sistema GA:

- em sete PNE considerados completos, três não apresentaram resultados quanto ao N.º de ações judiciais desencadeadas, um não apresentou a auto-avaliação e seis não apresentaram a contabilização de recursos humanos em ETI;
- o Plano Nacional de Pesquisa de Resíduos (PNPR) é um PE sobre o qual não dispomos, nesta data, da informação detalhada a enviar/enviada à CE;

Sistema SA:

- oito PE considerados completos não apresentaram contabilização de recursos humanos em ETI;
- O Programa Sanitário Apícola PE é considerado incompleto devido à ausência de quadro resumo dos resultados;
- três dos PNE considerados completos, carecem de auto-avaliação, dois da contabilização dos recursos humanos em ETI e um não apresenta a classificação de riscos e causas das NC;

Sistema de AA:

- o Plano de Controlo Oficial da Alimentação Animal (CAA) inclui os dados do Plano de Fabrico e Utilização de Alimentos Medicamentosos;
- o CAA apenas quantifica os dados dos resultados disponíveis até à data de 8/6/2020.

Os Relatórios em falta referem-se aos seguintes planos:

Planos de Controlo Específicos

Sistema Géneros Alimentícios:

- Plano de Controlo de Resíduos de Pesticidas em Produtos de Origem Vegetal (PRPPOV)

Os resultados finais do PRPPOV ainda não se encontram disponíveis pois o prazo de reporte decorre até 31 de agosto, para a análise preliminar pela EFSA (Vide Cap.II.1. deste Relatório).

Sistema Saúde Animal:

- Plano de Controlo e Erradicação da Doença de Aujeszky;

- Plano de Epidemiovigilância das Pestes Suínas Clássica e Africana nas Populações de Javalis

Sistema de Bem-Estar Animal:

- Plano de Controlo de Bem Estar Animal (PCBEA)

Planos de Controlo Não Específicos

Sistema Géneros Alimentícios:

- Plano de Controlo dos Materiais e Objetos destinados a entrar em contacto com os Alimentos (PCMC) (Grupo 1).

Sistema Saúde Animal:

- Plano de Controlo Oficial da Implementação de Ações previstas nos programas do Programa de Erradicação e Vigilância da Tuberculose Bovina, da Brucelose Bovina e dos Pequenos Ruminantes;

1. Controlos Oficiais

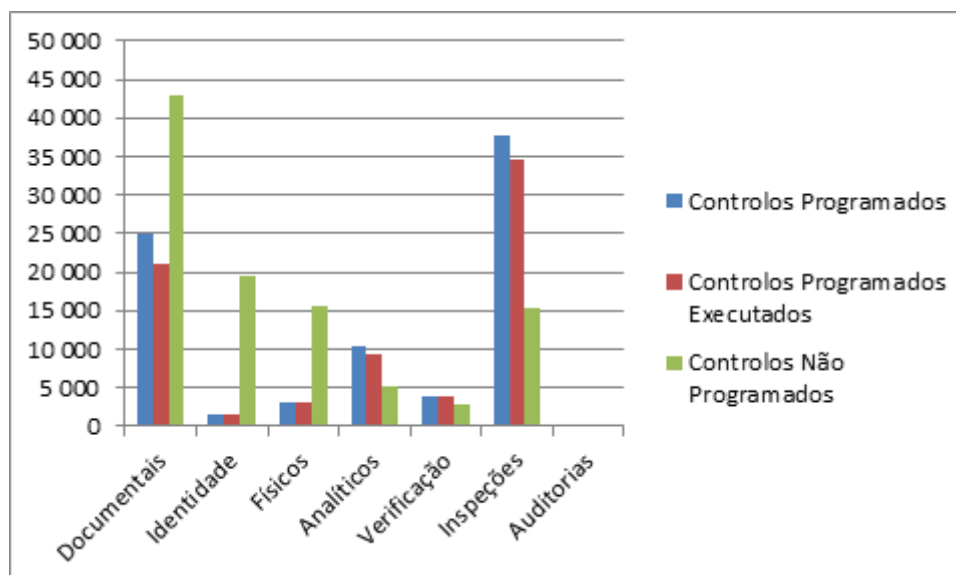
Tendo em conta o tipo de dados disponibilizados, não se enquadram na análise efetuada neste ponto os resultados dos seguintes planos:

- Plano de controlo à importação de animais vivos e produtos germinais;
- Plano de controlo à certificação para países terceiros de animais vivos e produtos germinais;
- O Plano de Controlo sobre o Modo de Produção Biológico
(elaborado de acordo com o Anexo XIIIc e XIIIb do Regulamento n.º 889/2008 da Comissão, de 5 de setembro de 2008 é submetido numa plataforma on-line da CE disponibilizada pela DG-AGRI).

Quadro 1.1.1
Distribuição dos Controlos Oficiais por tipo

Tipos de Controlo	Controlos Programados	Controlos Programados Executados	Controlos Não Programados	Total
Documentais	24 866	21 148	42 976	64 124
Identidade	1 430	1 430	19 513	20 943
Físicos	3 095	3 025	15 559	18 584
Analíticos	10 327	9 464	5 190	14 654
Verificação	3 964	3 815	2 851	6 666
Inspeções	37 748	34 482	15 349	49 831
Auditorias	3	3	1	4
Total	81 433	73 367	101 439	174 806

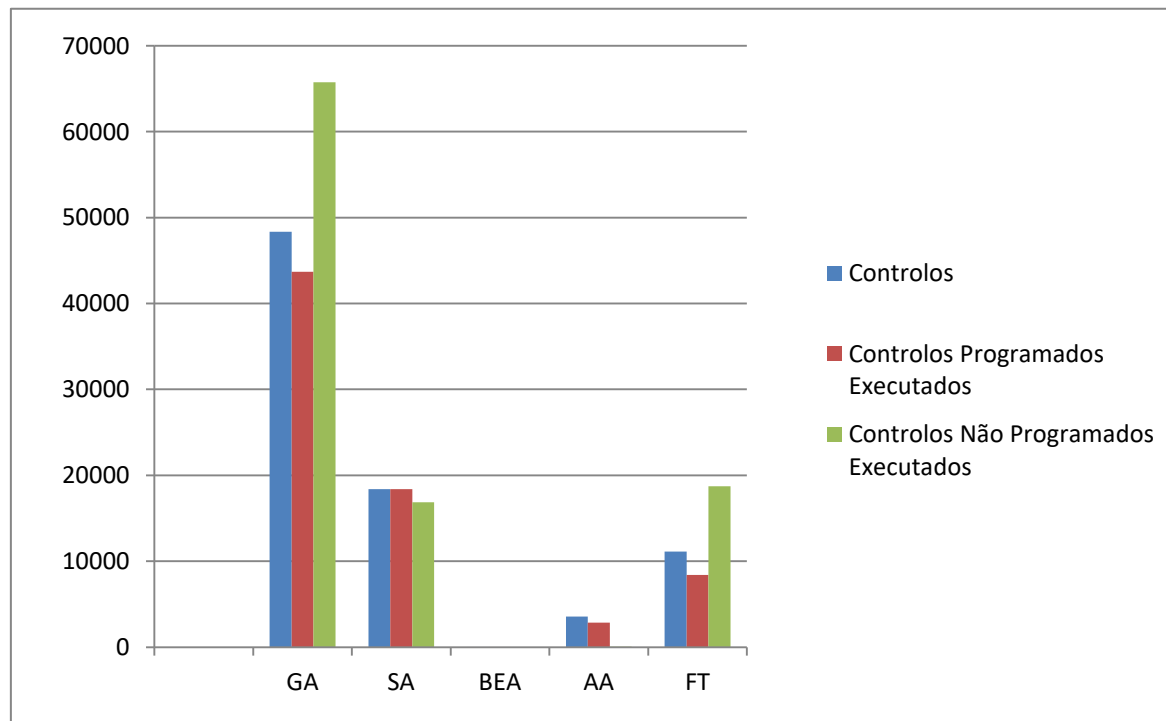
Gráfico 1.1.1
Distribuição dos Controlos Oficiais por tipo



Quadro 1.1.2
Total de Controlos Oficiais por Sistema

Sistema	Controlos Programados	Controlos Programados Executados	Controlos Não Programados Executados	Total Controlos Executados
Géneros Alimentícios	48 355	43 708	65 756	109 464
Saúde Animal	18 396	18 383	16 882	35 265
Bem Estar Animal	18	11	2	13
Alimentação Animal	3 551	2 863	64	2 927
Fitossanidade	11 113	8 402	18 735	27 137
Total	81 433	73 367	101 439	174 806

Gráfico 1.1.2
Distribuição dos Controlos Oficiais por Sistema



Análise do número de controlos oficiais:

- A diferença entre o número de controlos programados e programados executados foi justificada na maioria dos casos por falta de recursos humanos e materiais, que tiveram de ser alocados a outros controlos não programados ou por reprogramação.
- Os controlos oficiais não programados, ocorreram principalmente nos controlos à Importação e na verificação de incumprimentos anteriores ou na sequência de medidas corretivas implementadas.

No Capítulo II é apresentado o detalhe da informação

Análise entre o número de Controlos Oficiais de 2017 a 2019

Quadro 1.1.3
Número de Controlos Oficiais de 2017 a 2019

Ano	N.º Total de Controlos Executados
2017	197 711
2018	165 125
2019	174 806

2. Não Conformidades (NC)

- **Totais de Não Conformidades**

Quadro 1.2.1
Total de Não Conformidades por Sistema

Sistema	Controlos Executados	N.º Não Conformidades
Géneros Alimentícios	109 464	15 542
Saúde Animal	35 265	602
Bem Estar Animal)	13	18
Alimentação Animal	2 927	263
Fitossanidade	27 137	360
Total	174 806	16 785

*Foram consideradas mais do que uma NC em alguns dos controlos

- Considerando os dados disponíveis para os 5 Sistemas, constatámos existir uma percentagem total de Não Conformidades de **9,6%**.

Análise comparativa do número de Não Conformidades de 2017 a 2019

- Na análise comparativa, verificámos existir um aumento das NC em 11,5% entre 2017 e 2018 e uma diminuição de 3,5% das NC entre 2018 e 2019.

Quadro 1.2.2
Análise comparativa do número de Não Conformidades

Ano	N.º Total de NC
2017	15 393
2018	17 395
2019	16 785

Análise comparativa do número de Controlos Oficiais/Não Conformidades de 2017 a 2019

- Tendo em conta a relação existente entre os Controlos Oficiais efetuados e a percentagem de Não Conformidades observadas, é verificado um aumento da percentagem das Não conformidades observadas entre 2017 e 2018 e uma ligeira diminuição desta percentagem em 2019 (Quadro 1.2.3).

Quadro 1.2.3
Análise comparativa do número de Controlos Oficiais / Não Conformidades

Ano	N.º Total de Controlos Executados	N.º Total de NC	% NC/Total Controlos
2017	197 711	15 393	7,8
2018	165 125	17395	10,5
2019	174 806	16785	9,6

- **Totais de Não Conformidades por Grau de Risco**

- As Não Conformidades podem ser classificadas de acordo com o grau de risco que representam para a saúde humana e/ou animal e/ou vegetal numa escala que varia entre o grau 1 e o 4, considerando-se o grau 1 como o de menor risco ou de risco negligenciável e o grau 4 como o de maior risco ou de risco elevado.

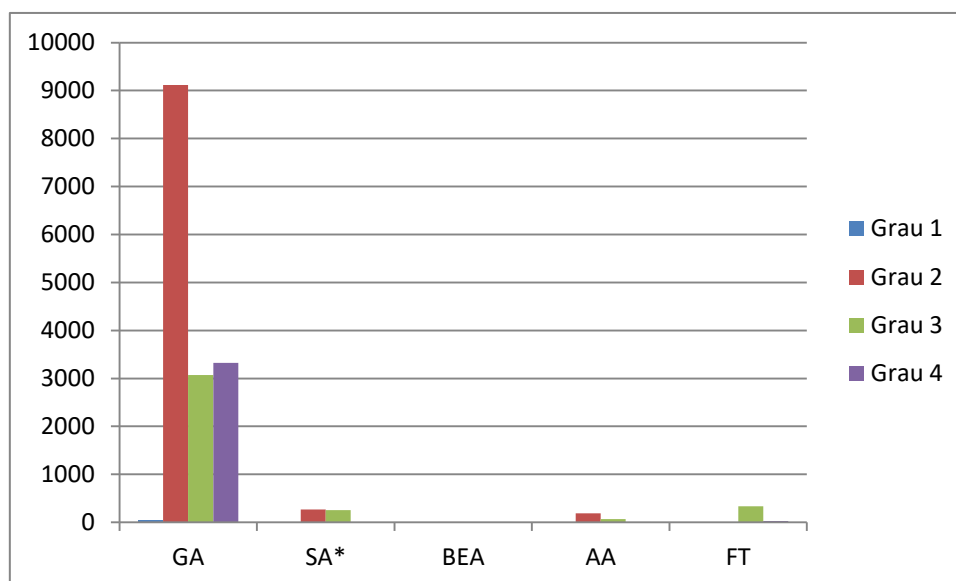
Quadro 1.2.4
Distribuição das Não Conformidades por Grau de Risco

Sistema	Grau 1	Grau 2	Grau 3	Grau 4	Total
GA	32	9 113	3 070	3 327	15 542
SA*	0	266	257	0	523
BEA	0	4	5	9	18
AA	0	190	70	3	263
FT	0	0	333	27	360
Total	32	9 573	3 735	3 366	16 706

*No Sistema Saúde Animal não nos foi disponibilizada a classificação de risco para 62 NC referentes ao Plano de Controlo dos Apiários e 17 NC pertencentes ao Plano de Controlo da Língua Azul

Gráfico 1.2.1

Distribuição das Não Conformidades por Grau de Risco e por Sistema

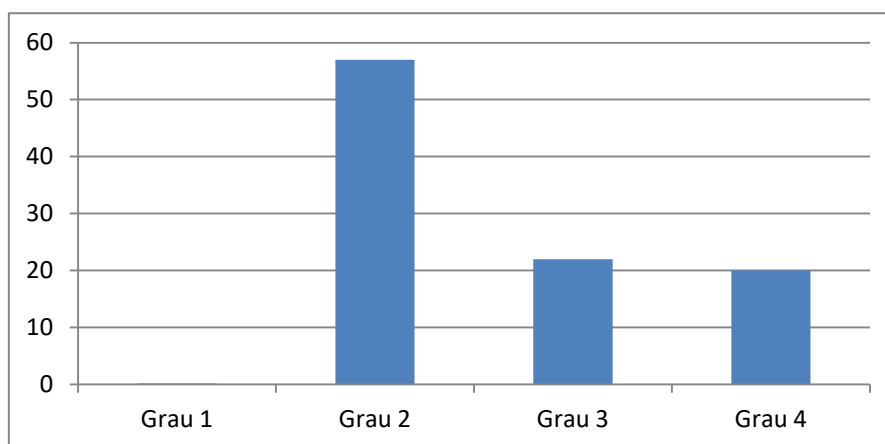


*No Sistema Saúde Animal não nos foi disponibilizada a classificação de risco para 62 NC referentes ao Plano de Controlo dos Apiários e 17 NC pertencentes ao Plano de Controlo da Língua Azul

Quadro 1.2.5
Percentagem de Não Conformidades por grau de risco

	Grau 1	Grau 2	Grau 3	Grau 4
% NC/Grau de Risco	0,19%	57%	22%	20%

Gráfico 1.2.2
Distribuição percentual das Não Conformidades por grau de risco



- Verifica-se uma percentagem muito superior de NC de grau 2 relativamente aos outros graus de risco o que também espelha a preocupação dos operadores em cumprir com os requisitos higio-sanitários que acarretam maior risco para o consumidor.

- Totais de Não Conformidades por Fases da Cadeia Alimentar e por Sistema**

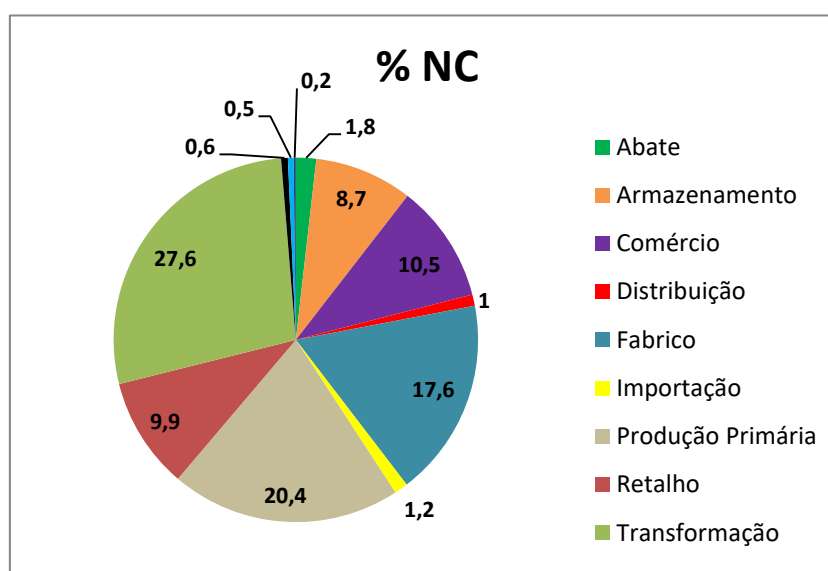
Quadro 1.2.6
Não Conformidades por Fases da Cadeia Alimentar

Fase	GA	SA	BEA	AA	FT	Total	NC (%)
Abate	297	0	6	0	0	303	1,81
Armazenamento	1 461	0	0	1	0	1 462	8,71
Comércio	1 495	257	0	1	2	1 755	10,46
Distribuição	78	0	0	84	3	165	0,98
Fabrico	2 810	0	0	139	0	2 949	17,57
Importação	138	0	0	0	67	205	1,22
Produção Primária	2 929	345	8	0	144	3 426	20,41
Retalho	1634	0	0	22	3	1 659	9,88
Transformação	4 492	0	0	0	140	4 632	27,60

Transporte	85	0	4	16	1	106	0,63
Venda por grosso	83	0	0	0	0	83	0,49
Venda à distância	40	0	0	0	0	40	0,24
Total	15 542	602	18	263	360	16 785	100

Gráfico 1.2.3

Distribuição das NC por fase da Cadeia Alimentar (em percentagem)



- Causas das Não Conformidades por Sistema

Quadro 1.2.7
Causas das Não Conformidades

Causas	Frequência/Sistema					Total
	GA	SA *	BEA	AA **	FT	
Sensibilização insuficiente dos operadores	254	1				255
Falta de competência dos operadores	8 306	229		30	7	8 572
Custos de cumprimento da legislação aplicável	8					8
Ferramentas e/ou recursos insuficientes para controlar as aplicações	287	1	10			298
Falhas a nível laboratorial		35				35
Presença de agentes microbiológicos patogénicos	20					20
Incumprimento por parte da AC do país terceiro	34				50	84
Falta de sanções eficazes e/ou proporcionais e/ou dissuasivas			1			1
Outras	6 633	274	7		303	7 217
Total	15 542	540	18	30	360	16 490

*No Sistema da Saúde Animal (SA) não foram referidas causas relativas a 62 NC pertencentes ao Plano de Controlo dos Apiários

**No Sistema de Alimentação Animal (AA), não foram referidas causas para 233 NC pertencentes ao Plano de Controlo da Alimentação Animal

3. Medidas Tomadas

- Medidas de Incumprimento

Quadro 1.3.1
Distribuição das principais Medidas por Sistema

Medidas	Géneros alimentícios*	Saúde animal	Bem-estar	Alimentação animal	Fitossanidade	Total
Notificações ações corretivas	3 672	518	10	57	56	4 313
Retirada mercado	8					8
Restrição colocação mercado	37	1				38
Ações judiciais*	3 651			30	35	3 716
Rejeições	795					795
Retirada da acreditação/registo	2					2
Suspensão acreditação/registo	29				20	49
Proibição colocação mercado	209					209
Destruição material					57	57
Tratamento fitossanitário					16	16
Atualização de instalações						
Pedido de documentos Apropriados					1	1
Correção de documentos					68	68
Interdição de movimento					4	4
Devolução à Origem					2	2
Pedido novo certificado					13	13
Verificação exaustiva da remessa					8	8
Total	8 403	519	10	87	280	9 299

*Não estão incluídas as medidas judiciais relativas ao PACE-SPA

- Medidas da Autoridade Competente (AC)

Quadro 1.3.2
Frequência das Medidas da Autoridade Competente

Medidas Tomadas	GA	SA	BEA	FT	Total
Iniciativas de controlo especiais	26				26
Procedimentos novos/Revisão	4			4	8
Iniciativas de Formação	16	7	11	24	58
Sessões de Esclarecimento				14	14
Publicações (Folhetos)				20	20
Nova legislação				25	25
Total	46	7	11	87	151

- Medidas do Operador

Quadro 1.3.3
Frequência das Medidas do Operador

Medidas Tomadas	GA	FT	Total
Iniciativas de Formação		2	2
Elaboração de Procedimentos para o Operador económico	3		3
Sessões de esclarecimento	4	7	11
Publicações (folhetos)		5	5
Total	7	14	21

4. Recursos

- Recursos Humanos

Quadro 1.4.1
Total de recursos humanos por Sistema (em unidades ETI)

Sistema	Recursos (ETI)
Géneros Alimentícios*	300,663
Saúde Animal**	6,61
Bem-estar Animal***	2,24
Alimentação Animal****	1,53
Fitossanidade	93,13

A informação referida no Quadro 1.4.1 não contempla os seguintes planos:

(*) Sistema GA:

- Plano de controlo a importação de géneros alimentícios de origem animal (PCI-GAOA);
- Plano de aprovação e controlo de estabelecimentos-GA (PACE-GA), Plano de aprovação e controlo de estabelecimentos-SPA (PACE-SPA), Plano de controlo oficial do leite cru (PCOL), Plano de controlo oficial de navios (PCON), Plano de controlo integrado das pisciculturas (PICOP) e no Plano de Inspeção dos géneros alimentícios de origem animal (PIGA) faltam quantificar os recursos humanos relativos à DSAVR Alentejo.

(**) Sistema SA:

Planos específicos - Programa de Erradicação e Vigilância da Brucelose Bovina, Programa de Erradicação e Vigilância da Tuberculose Bovina, Programa de Vigilância, Controlo e Erradicação da Língua Azul, Programa Nacional de Controlo de *Salmonella* em Bandos de Frangos, Programa Nacional de Controlo de *Salmonella* em Bandos de Perus de Engorda, Programa Nacional de Controlo de *Salmonella* em Galinhas Poedeiras, Programas Nacionais de Controlo de *Salmonella* em Bandos de Galinhas Reprodutoras, Programas de Erradicação da Brucelose dos Pequenos Ruminantes.

Planos não específicos - Plano de controlo da implementação dos programas salmonelas e Plano integrado de controlo oficial de apiários, Controlos à Certificação para Países Terceiros de Animais Vivos e de Produtos Germinais, Controlos à importação/animais vivos e produtos germinais, Plano de controlo do comércio Intra-união de animais vivos e Plano de Controlo ao Sistema de Identificação, Registo e Movimentação Animal.

(***) Sistema BEA: Plano de Controlo do Bem-Estar Animal

(****) Sistema AA: Plano de Controlo Oficial da alimentação Animal (CAA) e Plano de controlo oficial de fabrico e utilização de alimentos medicamentosos

- Importa salientar o facto de que os totais apresentados respeitantes aos Recursos Humanos referidos no quadro acima, não traduzirem exatamente a realidade porquanto, a informação não contempla a totalidade dos planos e, por outro lado, muitos dos recursos serem comuns a vários sistemas e a vários planos dentro do mesmo sistema.

- Laboratórios

Os planos cujos dados constam neste relatório referem o recurso a 82 laboratórios, dos quais 15 são estrangeiros (espaço comunitário).

II - APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados dos controlos oficiais realizados em 2019, de acordo com a estrutura definida no Plano Nacional de Controlo Plurianual 2015-2019, no qual os Planos de controlo foram agregados em 5 Sistemas, por forma a facilitar a leitura dos resultados obtidos, discriminados do seguinte modo:

1. Sistema de Controlo em Géneros Alimentícios

Planos de Controlo Específicos

- Plano Nacional de Pesquisa de Resíduos (PNPR)
 - Os resultados foram reportados na base de dados da EFSA até 30 de junho de 2020;
 - Fase da cadeia alimentar: Abate, Armazenamento, Produção primária e Transformação;
 - Estão incluídas as Regiões autónomas (RA);
 - Não dispomos dos resultados dos controlos para análise no presente relatório

- Plano de Controlo de Pesquisa de Pesticidas em Produtos de Origem Animal (PCPPPOA)
 - Os resultados foram reportados na base de dados da EFSA até 30 de junho de 2020;
 - Fase da cadeia alimentar: Produção Primária;
 - Não estão incluídas as Regiões Autónomas (RA)

Quadro 2.1.1 – Resumo

(Plano de Controlo de Pesquisa de Pesticidas em Produtos de Origem Animal - PCPPPOA)

Matriz	N.º de amostras previstas	N.º de amostras analisadas*
Leite de vaca	12	7
Gordura de suínos	12	10
Total	24	17

* Das amostras analisadas não se observaram amostras positivas

- Plano de Controlo de Resíduos de Pesticidas em Produtos de Origem Vegetal (PRPPOV)

O prazo de reporte dos resultados para análise preliminar pela EFSA é 31 de agosto de 2020. Posteriormente os serviços verificam a seleção efetuada a fim de elaborar o relatório final. O calendário estipulado para este procedimento torna incompatível a inclusão dos dados em tempo, na análise do presente relatório.

Planos de Controlo Não Específicos

Por uma questão de facilidade do tratamento da informação, neste Sistema os resultados dos planos foram agrupados de acordo com a similitude de tipos de controlo, tendo sido divididos em 8 grupos:

-Grupo 1

- *Plano Nacional de Colheita de Amostras (PNCA)*
- *Plano nacional de Fiscalização/Inspeção - GA*
- *Plano nacional de Controlo de Contaminantes - PNCC*
- *Plano de Controlo dos GA destinados a Grupos Específicos (PCGE)*
- *Plano de controlo dos Suplementos Alimentares (PCSA)*
- *Plano Nacional de Controlo de Utilização de Medicamentos (PNCUM)*
- *Plano de Inspeção de Géneros Alimentícios (PIGA)*

I Caracterização dos Planos

Neste grupo foram efetuados controlos nas seguintes fases da cadeia alimentar:

- Abate;
- Armazenamento;
- Comércio;
- Distribuição;
- Fabrico;
- Produção primária;
- Retalho;
- Transformação;
- Transporte;
- Venda por Grosso;
- Importação

Número de Estabelecimentos/Explorações Controlados:

- N.º Estabelecimentos controlados ou (N.º de Estabelecimentos onde foram efetuados controlos): 24 428
- N.º Estabelecimentos com Não Conformidades (NC): 3 524
- N.º Explorações controladas: 618
- N.º Explorações com NC: 120

O PCSA, PCGE, PNCC e o PIGA incluem os controlos nas RA

No PNCA (95 estabelecimentos com NC), os dados apresentados são provisórios à data da presente análise, dado a impossibilidade de efetuar os trabalhos de recolha em tempo para a elaboração deste relatório.

II Controlos

Quadro 2.1.2
Número de controlos oficiais por tipo

	Controlos Programados	Controlos Programados executados	Controlos Não Programados	Total Controlos efetuados
Documentais	7 335	3 630	530	4 160
Identidade	1 200	1 200	0	1 200
Físicos	1 915	1 873	43	1 916
Analíticos	3 609	3 427	330	3 757
Inspeção	23 016	23 016	0	23 016
Verificação	0	0	2	2
Total	37 075	33 146	905	34 051

A diferença observada entre o n.º de controlos executados e os controlos planeados foi justificada por:

- Falta de recursos;
- Falha nos transportes;
- Encerramento de explorações;
- Final da ordenha antes de acabar o ciclo de colheita de amostras;
- Controlo das notificações por amostragem pré definida;
- Não serem encontrados produtos em alguns dos estabelecimentos correspondentes às matrizes selecionadas;
- No PCSA uma região não fez controlos físicos a estabelecimentos
- Atividade não inserida no SIPACE;
- Cabimentação tardia;

- Falta de consumíveis laboratoriais em algumas alturas do ano o que impossibilitou a execução de algumas das amostras inicialmente planeadas;

Os controlos não programados foram devidos:

- No PCGE foram executadas 530 avaliações (controlos não programados) de GA que foram agrupados em 253 pedidos de notificação;
- Controlos oficiais realizados no momento da importação no âmbito do plano PCI-GAONA;
- Revisão do plano PIGA em que um grupo de 17 amostras colhidas respeitantes a GA foram excluídas da matriz atualizada;
- Repetição de amostras prejudicadas;
- Uma pesquisa de brucelose.

III Não Conformidades

Quadro 2.1.3
Tipo de Não Conformidades (NC)

Tipo	Frequência
Inexistência de enquadramento para os produtos	7*
Falta de cumprimento de requisito que não põe em causa a capacidade do sistema de segurança, mas deve ser alvo de correção	20
Falta total ou inexistência de evidências do cumprimento de requisito que pode pôr em causa a segurança do género alimentício ou falha sistemática e recorrente do mesmo requisito	4
Produtos notificados ao abrigo do DL 136/2003 e DL 118/2015 não cumprem a legislação em vigor em matéria de SA	1487
Registos incorretamente preenchidos nos campos não relevantes; Duplicados de receitas ou de requisições que não cumprem com o disposto na legislação, nos pontos considerados não relevantes; Condições de armazenamento dos medicamentos inadequadas	93
Duplicados de receitas ou de requisições sem vinheta, sem justificação, emitidas por entidades não autorizadas para tal (DG), sem vinheta ou com data posterior à utilização dos medicamentos; Não cumprimento do circuito de comercialização dos medicamentos; Não cumprimento de arquivo de registos, receitas e requisições durante 5 anos	20
Utilização e aplicação de medicamentos sem registo, sem receita ou requisição; Requisições emitidas por entidades não autorizadas; Medicamentos adquiridos a entidades não autorizadas; Utilização de medicamentos ou substâncias ativas não autorizados; Impossibilidade de identificar de forma inequívoca os animais ou grupo de animais tratados; Não foi respeitado o intervalo de segurança	2
Perigos microbiológicos	2

Contaminantes Químicos	4
Alergénios não autorizados e ou não declarados	
Aditivos não autorizados e ou com teor superior ao limite autorizado	10
Não cumprimento dos requisitos legais específicos	17
Notificação de GA não complementada com documentação exigida	24*
Não conformidades (NC) Rotulagem	82
Incumprimento dos requisitos gerais e específicos de higiene (artº3 e 4º Reg 852/2004)	741
Falta de licenciamento para a atividade desenvolvida	78
Falta/Inexatidão/atualização de implementação de sistema HACCP (art.º 5º reg 852/2004)	1 162
Falta de informação de rastreabilidade; falta e inexatidão de rotulagem	640
Géneros alimentícios avariados	82
Géneros alimentícios - práticas fraudulentas/fraude sobre mercadorias	157
GA com falta de requisitos	123
Distribuição/preparação e venda de carnes e seus produtos com desrespeito à legislação específica (Reg 853 e legislação nacional específica)	108
Irregularidades controlo da água destinada a consumo humano	89
Incumprimento das regras de informação ao consumidor relativo à venda de GA à distância - E-commerce	40
Incumprimento dos requisitos específicos dos Suplementos alimentares	30
Incumprimento dos requisitos específicos do pescado e produtos da pesca (inclui MBV)	32
Incumprimento dos requisitos específicos do setor azeite	38
Incumprimento dos requisitos específicos dos materiais para contato com os alimentos (FCM)	9
Incumprimento dos requisitos específicos setor leite e produtos à base de leite	14
Incumprimento dos requisitos específicos setor ovos	21
Incumprimento dos requisitos específicos setor mel	6

Incumprimento dos requisitos específicos de encaminhamento subprodutos de origem animal não destinados ao consumo humano	11
Limite Máximo superior ao limite legal	7
Resultados analíticos não conformes	50
Total	5 210

*As não conformidades observadas foram identificadas ao nível das notificações

Quadro 2.1.4
Grau de Risco das Não Conformidades

Grau de risco	Frequência
1	32
2	924
3	1 153
4	3 101
Total	5 210

Quadro 2.1.5
Causas e frequência das Não Conformidades

Causas	Frequência
Sensibilização insuficiente dos operadores	95
Falta de competência dos operadores	5 060
Outros	55
Total	5 210

Quadro 2.1.6
Não Conformidades por fase da cadeia alimentar

Fases	Frequência
Armazenamento	19
Fabrico	1 844
Comércio	1 487
Distribuição	66
Retalho	1 629
Produção primária	120
Importação	5
Venda à distância	40
Total	5 210

IV Medidas

a) Em caso de incumprimento

Quadro 2.1.7
Medidas tomadas e frequência

Medidas Tomadas	Frequência
Retirada do mercado	8
Restrição de colocação no mercado	36
Notificação para ações corretivas	883
Ações judiciais contra os OE*	3 486
Rejeição	761
Total	5 174

*No PNCA, os dados apresentados são provisórios à data da recolha de dados para o presente relatório.

b) da Autoridade Competente (AC)

Quadro 2.1.8
Medidas tomadas e frequência

Medidas Tomadas	Frequência
Iniciativas de controlo especiais	1
Iniciativas de formação	6
Iniciativas de controlo especiais	5
Procedimentos novos	3
Total	15

c) do Operador

Quadro 2.1.9
Medidas tomadas e frequência

Medidas Tomadas	Frequência
Elaboração/Alteração de procedimentos para operadores	2
Sessões de esclarecimento	4
Total	6

- O Plano de Controlo dos Materiais e Objetos destinados a entrar em contacto com os Alimentos (PCMC), não foi incluído no relatório por não nos ter sido disponibilizada informação suficiente para a quantificação de dados.

-Grupo 2

- *Plano de Controlo da Produção primária - HUSPF (PCPP-HUSPF)*
- *Plano de Controlo da Agro-indústria (PCAI)*
- *Plano de Controlo Oficial de Navios (PCON)*
- *Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos (PACE-GA)*
- *Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos (PACE-SPA)*
- *Plano de Controlo do Leite cru (PCOL)*

I Caracterização dos Planos

Neste grupo foram efetuados controlos nas seguintes fases da cadeia alimentar:

- Abate;
- Armazenamento;
- Fabrico;
- Comércio;
- Distribuição;
- Transformação;
- Produção Primária;
- Transporte;
- Venda por Grosso

Número de Estabelecimentos/Explorações/Navios Controlados:

- N.º Explorações controladas: 1576
- N.º Explorações com NC: 1020
- N.º Estabelecimentos controlados: 1597
- N.º Estabelecimentos com NC: 1133
- N.º de navios controlados: 183
- N.º navios com NC: 81

As RA estão incluídas nos seguintes planos: PCON, PACE-GA, PACE-SPA, PCAI e PCPP-HUSPF.

II Controlos

Quadro 2.1.10
Número de controlos por tipo

	Controlos Programados	Controlos Programados executados	Controlos não Programados	Total Controlos efetuados
Verificação	85	0	1 488	1 488
Inspeção	3 260	2 734	78	2 812
Físicos	150	129	0	1 29
Total	3 495	2 863	1 566	4 429

A diferença observada entre o n.º de controlos programados executados e os controlos programados foi justificada devido à insuficiência de recursos.

Os controlos realizados não programados decorreram da:

- Verificação de incumprimentos anteriores e de Medidas corretivas tomadas;
- ⊖ Na sequência de suspensões de atividades ou do estabelecimento;
- Verificação de suspeitas;
- Controlo de novos estabelecimentos;
- Na sequência de alterações da classificação sanitária na exploração;
- No PCON foram realizados controlos adicionais por disponibilidade de embarcações para controlo.

III Não Conformidades

Quadro 2.1.11
Tipo de Não Conformidades

Tipo	Frequência
Estruturas e equipamento	2 012
Higiene	1 854
Registos	75
Análises	1 541
Água	212
HACCP	1 866
Rastreabilidade	547
Subprodutos	418
Alimentação Animal	92
Saúde	48
Medicamentos	521
Rotulagem	579
Fontes de contaminação no local de produção	1
Condições sanitárias	12
Estado de saúde, higiene pessoal e formação	38
Colheita, armazenamento e transporte	10
Produtos fitofarmacêuticos e biocidas	122
Total	9 948

Quadro 2.1.12
Grau de Risco das Não Conformidades

Grau de risco	Frequência
2	8 146
3	1 754
4	48
Total	9 948

Quadro 2.1.13
Causas e frequência das Não Conformidades

Causas	Frequência
Falta de competência dos operadores	2 249
Falta de competência dos Operadores; Custos de cumprimento da legislação aplicável	299
Falta de competência dos Operadores	498
Sensibilização insuficiente dos Operadores	159
Custos de cumprimento da legislação aplicável	8
Ferramentas e/ou recursos insuficientes para controlar as aplicações	287
Outras	6 448
Total	9 948

Quadro 2.1.14
Não Conformidades por fase da cadeia alimentar

Fases	Frequência
Abate	297
Armazenamento	1 442
Transformação	4 492
Produção Primária	2 750
Fabrico	799
Venda por Grosso	83
Transporte	85
Total	9 948

IV Medidas

a) Em caso de incumprimento

Quadro 2.1.15
Medidas tomadas e frequência

Medidas Tomadas	Frequência
Ações judiciais*	48
Notificação para ações corretivas	2 748
Suspensão da acreditação ou registo que permitem a atividade como empresa	22

*Falta o N.º de Ações judiciais tomadas no âmbito do PACE-SPA

b) Da Autoridade Competente (AC)

Quadro 2.1.16
Medidas tomadas e frequência

Medidas Tomadas	Frequência
Iniciativas de controlo especiais	19
Procedimentos novos	1
Iniciativas de formação	7

- Grupo 3

- *Plano de Avaliação da Inspeção Sanitária*

Este Plano foi retirado do PNCP (15-19).

- Grupo 4

- *Plano de Controlo OGM - Sementes e Cultivo de Variedades Geneticamente Modificadas*

I Caracterização do Plano

Neste grupo foram efetuados controlos nas seguintes fases da cadeia alimentar:

- Produção Primária

Número de Explorações Controladas:

- N.º Explorações controladas: 49
- N.º Explorações com NC: 0

As RA não estão incluídas, por não se ter registado cultivo de variedades geneticamente modificadas nestas regiões autónomas.

II Controlos

Quadro 2.1.17
Número de controlos por tipo

	Controlos Programados	Controlos Programados executados	Controlos não Programados	Total Controlos efetuados
Verificação	49	49	0	49
Total	49	49	0	49

III - Não Conformidades

Não foram encontradas Não Conformidades

- Grupo 5

- *Plano Integrado de Controlo das Pisciculturas (PICOP)*

I Caracterização do Plano

Este Plano de Controlo integra 4 vertentes (Higiene; Alimentação Animal; Sanidade Animal e Medicamentos Veterinários).

Neste grupo foram efetuados controlos nas seguintes fases da cadeia alimentar:

- Produção Primária

Número de Explorações Controladas:

- N.º Explorações controladas: 34
- N.º Explorações com NC: 17

As RA estão incluídas

II Controlos

Quadro 2.1.18
Número de controlos por tipo

	Controlos Programados	Controlos Programados executados	Controlos não Programados	Total Controlos efetuados
Inspeção	34	29	3	32
Verificação			3	3
Auditorias			1	1
Total	34	29	7	36

A diferença observada entre o N.º de controlos programados executados e os controlos programados foi justificada por:

- Dificuldade de conciliação do controlo regular programado com o controlo previsto da vertente sanidade animal (PICOP);
- Dificuldade em contactar com o operador;
- Falta de recursos humanos.

Os controlos realizados não programados decorreram na sequência de:

- Dois controlos oficiais de reativação de explorações;
- Realização de um inquérito epidemiológico;
- Três controlos de verificação;
- Um acompanhamento de auditoria.

Quadro 2.1.19
Tipo de Não Conformidades

Tipo	Frequência
Higiene	17
Alimentação Animal	11
Medicamentos Veterinários	3
Total	31

Quadro 2.1.20
Grau de Risco das Não Conformidades

Grau de risco	Frequência
2	28
3	3
Total	31

Quadro 2.1.21
Não Conformidades por fase da Cadeia

Fases	Frequência
Produção primária	31

Quadro 2.1.22
Causas e frequência das Não Conformidades

Causas	Frequência
Outras (Custos de cumprimento da legislação aplicável, Sensibilização insuficiente dos Operadores, Falta de competência dos Operadores)	31

IV Medidas

a) Em caso de incumprimento

Quadro 2.1.23
Medidas tomadas e frequência

Medidas Tomadas	Frequência
Notificação para ações corretivas	18

b) da AC

Quadro 2.1.24
Medidas tomadas e frequência

Medidas tomadas	Frequência
Iniciativas de controlo especiais	1
Iniciativas de Formação	1
Total	2

- Grupo 6

▪ Produção Biológica

Planos de Controlo Específicos

- *Plano de Controlo sobre o Modo de Produção Biológico*

Informações sobre os controlos realizados pelos organismos de controlo e/ou autoridades de controlo e auditorias efetuadas pela autoridade competente em 2019 - Produção biológica - (de acordo com o anexo XIII-B do Regulamento (CE) N.º 889/2008 da Comissão)

A Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), é autoridade competente para a organização dos controlos oficiais e de outras atividades oficiais no âmbito do Plano de Controlo sobre o Modo de Produção Biológico.

Para a realização dos controlos a DGADR dispõe de 8 Técnicos superiores e um chefe de divisão, com formação superior, experiência em auditoria e participação no programa de formação BTSF promovido pela Comissão Europeia.

Descrição das auditorias efetuadas pela autoridade competente

A avaliação da atividade dos Organismos de Controlo (OC) baseia-se nos resultados das auditorias realizadas pela DGADR.

Esta avaliação efetua-se de acordo com a programação anual aprovada pela Direção da DGADR, a qual inclui os critérios a avaliar em cada ano para a totalidade dos OC. As ações são efetuadas por equipas auditoras formadas por 2 técnicos da DGADR, constituídas por um auditor coordenador e por um auditor técnico.

Procedimento documentado da autoridade competente

A DGADR dispõe de um procedimento interno relativo às atividades de supervisão que inclui a execução de auditorias aos OC.

Dispõe ainda modelos normalizados para: plano de auditoria, relatório(s) de auditoria e plano de ações corretivas .

Todas as auditorias realizadas aos OC têm registos em suporte papel e formato eletrónico.

Descrição do sistema de controlo relativo à produção biológica

O controlo incide sobre as fases de produção, preparação, distribuição e importação, até à colocação dos produtos à disposição do consumidor final.

É baseado em procedimentos documentados e aprovados pela DGADR, que incluem: pontos de controlo, colheita e determinações analíticas, frequência de controlo, avaliação de riscos, sistema de ações corretivas e medidas a aplicar em caso de não conformidades.

A supervisão do sistema de controlo tem como objetivo confirmar a eficácia do controlo e grau de cumprimento por parte dos OC dos planos de controlo aprovados e atividades de controlo realizadas, e concluir se os interesses dos consumidores estão acautelados pela garantia da fiabilidade dada pelas atividades de controlo realizadas. As auditorias são complementadas com um conjunto de outras atividades, designadamente:

- A verificação da comunicação de não conformidades pelos OC;
- A realização de reuniões regulares com os OC (de coordenação e temáticas);
- A promoção de formação destinada a reforçar conhecimentos e competências;
- A aprovação de procedimentos (operativos ou internos) visando a harmonização de práticas;
- A análise dos reportes anuais de controlo dos OC.

**Operadores registados abrangidos pelo sistema de controlo – inspeção anual mínima
(de acordo com o anexo XIII-B e XII-C do Regulamento (CE) N.º 889/2008 da Comissão)**

	Produção agrícola	Aquicultura animal	Preparação/ Transformação	Importação	Exportação	Outras atividades	TOTAL
Número de operadores	5 621	3	1 103	13	1	193	6 934
Número de controlos anuais com aviso prévio	5 259	3	987	12	0	158	6 419
Número de controlos anuais sem aviso prévio	93	0	10	1	0	10	114
Número de controlos anuais	5 352	3	997	13	0	168	6 533
Número de controlos adicionais (com base no risco) com aviso prévio	470	0	142	1	0	12	625
Número de controlos adicionais (com base no risco) sem aviso prévio	240	0	161	0	0	11	412
Número de controlos adicionais (com base no risco)	710	0	303	1	0	23	1 037
Número total de controlos sem aviso prévio	333	0	171	1	0	21	526
Número total de controlos	6 062	3	1 300	14	0	191	7 570
Número de amostras analisadas	390	0	122	32	0	11	555
Número de amostras que indicam infração às disposições aplicáveis	9	0	13	0	0	0	22
Número de irregularidades ou infrações detetadas	720	4	145	1	0	56	926

Número de medidas aplicadas ao lote ou à produção	277	1	90	1	0	4	373
Número de medidas aplicadas ao operador	1773	5	326	0	0	77	2 181

Modo de aplicação da abordagem baseada nos riscos

A natureza e a frequência dos controlos adicionais dependem dos resultados da análise e avaliação do risco associado a cada operador, incidindo em primeiro lugar, sobre as áreas e os operadores que revelem maior risco de incumprimento, refletindo-se os resultados desta avaliação na definição dos procedimentos associados à colheita e análise de amostras.

A classificação de risco dos diferentes tipos de operadores é realizada tendo por base a grelha de avaliação dos riscos de ocorrência de irregularidades e infrações, presente em procedimento próprio, aplicável a todos os OC, relativo à elaboração de planos de controlo para a produção biológica.

Informações sobre os organismos/autoridades de controlo

Lista dos organismos/autoridades de controlo

Organismos de Controlo e Certificação para o Modo de Produção Biológico

Código	Designação	Endereço	Código Postal	Telefone	Fax	Correio eletrónico	Página Web	Reconhecimento	Âmbito
PT-BIO 01	IVDP - Instituto dos vinhos do Douro e do Porto, I. P	Rua Ferreira Borges, 27	4050-253 PORTO	22 207 16 06	22 207 16 99		www.ivdp.pt		(5)
PT-BIO 02	ECOCERT PORTUGAL, Unipessoal Lda.	Rua Alexandre Herculano, n.º 68 - 1.º Esq.	2520-273 PENICHE	262 785 117	262 787 171	ecocert.portugal@ecocert.com	www.ecocert.pt		(1)(2)(3) (4)(5)(8)
PT-BIO 03	Kiwa Sativa - Unipessoal, Lda.	Rua Robalo Gouveia, nº 1 - 1.º A	1900-392 LISBOA	217 991 100	217 991 119	sativa@sativa.pt	www.sativa.pt		(1)(2)(3) (4)(5)(7) (8)(9)
PT-BIO 04	CERTIPLANET - Certificação da Agricultura, Florestas e Pescas, Unipessoal, Lda.	Av. Porto de Pesca, Lote C 15 - 1.º C	2520-208 PENICHE	262 789 005	262 789 514	certipланet@sapo.pt	www.certipланet.pt		(1)(2)(3) (4)(5)(8) (9)
PT-BIO 05	CERTIS - Controlo e Certificação, Lda.	Rua Diana de Liz - Horta do Bispo - Apartado 320	7006-804 ÉVORA	266 769 564 / 5	266 769 566	certis@certis.pt	www.certis.pt		(1)(2)(3) (4)(5)(8)
PT-BIO 06	AGRICERT - Certificação de Produtos Alimentares, Lda.	Urbanização Villas Aqueduto, Rua Alfredo Mirante, nº 1 R/C Esq.	7350-154 ELVAS	268 625 026	268 626 546	agricert@agricert.pt	www.agricert.pt		(1)(2)(3) (4)(8)
PT-BIO 07	TRADIÇÃO E QUALIDADE - Associação Interprofissional de Produtos Agro-Alimentares de Trás-os-Montes	Av. 25 de Abril 273 S/L	5370-202 MIRANDELA	278 261 410	278 261 410	tradicaoqualidade@sapo.pt			(1)(2)(3) (4)(8)
PT-BIO 08	CODIMACO - Certificação e Qualidade, Lda.	Avenida dos Bombeiros Voluntários, 21	2550-102 CADAVAL	262 691 155	262 695 095	codimaco@codimaco.pt	www.codimaco.pt		(1)(2)(3) (4)(5)(8)

Código	Designação	Endereço	Código Postal	Telefone	Fax	Correio eletrónico	Página Web	Reconhecimento	Âmbito
PT-BIO 09	SGS Portugal – Sociedade Geral de Superintendência, S. A.	Pólo Tecnológico de Lisboa, Lote 6, Pisos 0 e 1	1600-546 LISBOA	217 104 200	217 157 520	sgs.portugal@sgs.com	www.pt.sgs.com		(1)(2)(3) (4)(7)(8)
PT-BIO 10	NATURALFA – Controlo e Certificação, Lda.	Rua da Praia, 180	4515-175 FOZ DO SOUSA-GONDOMAR	224 541 215	224 541 215	geral@naturalfa.pt	www.naturalfa.pt		(1)(2)(3) (4)(5)(8)

- (1) Produtos agrícolas biológicos vivos ou não transformados (produção animal e vegetal)
 (2) Produtos agrícolas biológicos transformados destinados a serem utilizados como géneros alimentícios
 (3) Alimentos biológicos para animais (não inclui animais de companhia)
 (4) Material de propagação vegetativa e sementes biológico
 (5) Vinho biológico
 (6) Produção de leveduras biológicas
 (7) Produção aquícola biológica de animais e algas marinhas
 (8) Transporte, armazenagem, distribuição e importação de produtos biológicos
 (9) Restauração coletiva biológica

Tarefas delegadas nos organismos de controlo/conferidas às autoridades de controlo

Os requisitos e o procedimento para a delegação de tarefas de controlo oficial num OC encontram-se referidos no procedimento operativo próprio, relativo a pedido de aprovação e delegação de competências em organismo de controlo delegado.

A DGADR assegura que o OC cumpre as seguintes disposições de:

- Ser uma pessoa coletiva legalmente estabelecida;
- Dispor dos conhecimentos técnicos, do equipamento e das infraestruturas necessárias para efetuar as tarefas de controlo oficial que nela sejam delegadas (subalínea i) da alínea b) do art. 29.º do Regulamento (UE) 2017/625);
- Dispor de pessoal em número suficiente que possua qualificação e experiência adequada (subalínea ii) da alínea b) do art. 29.º do Regulamento (UE) 2017/625);
- Ser imparcial e não ter qualquer conflito de interesses no que se refere ao exercício das tarefas de controlo oficial que nela sejam delegadas, não se encontrando, nomeadamente, em qualquer situação que possa, direta ou indiretamente, afetar a imparcialidade da sua conduta profissional nesse âmbito (subalínea iii) da alínea b) do art. 29.º do Regulamento (UE) 2017/625); e
- Funcionar segundo a norma europeia EN ISO/IEC 17065:2012, e estar acreditado em conformidade com a mesma.

As tarefas delegadas nos organismos de controlo e as conferidas às autoridades de controlo são tarefas de controlo oficial aplicáveis à produção biológica e encontram-se referenciadas nos planos de controlo aprovados pela DGADR.

Supervisão dos organismos de controlo delegados

A supervisão dos organismos de controlo delegados é realizada pela DGADR.

Em 2019 considerando o universo dos OC, a atividade de supervisão desenvolvida no ano transato, a experiência adquirida nesse âmbito, designadamente as constatações que daí derivaram e as orientações normativas e regulamentares introduzidas foi avaliado o desempenho de todos OC para controlo no âmbito da produção biológica em auditorias de testemunho e documentais.

(1) Auditorias de testemunho

Os critérios/aspetos a ter em conta na seleção do operador por OC, foram os seguintes:

- Estatuto elevado de risco do operador;
- Operadores com situações de irregularidades no ano anterior;
- Distribuidores e produtores agrícolas com atividade de produção biológica de grande dimensão;
- Produtores com produção animal, designadamente operadores que solicitaram intervenções em animais (corte de chifres em bovinos)

(2) Avaliações documentais, a todos os OC, incidindo sobre:

- Relatório das atividades de controlo 2018 e lista de operadores 2018;
- Relatório relativo às derrogações concedidas em matéria de Sementes e material de propagação vegetativo;

Controlos e visitas com e sem aviso prévio

Os dados quantitativos e as justificações para cada OC, foram submetidos na plataforma da Comissão Europeia OFIS de acordo com os modelos previstos no anexo XIII-C do Regulamento (CE) N.º 889/2008 da Comissão.

À semelhança dos anos anteriores e no que diz respeito ao controlo à importação de produtos biológicos, consultada a plataforma TRACES NT - COI, foram realizados 475 controlos (269 Controlos documentais; 73 Controlos físicos; 77 Controlos identidade e 56 Testes laboratoriais).

Plano de Controlo Não Específico

- *Plano Nacional de Fiscalização Alimentar (PNFA-Vertente MPB)*

I Caracterização dos Planos

Neste grupo foram efetuados controlos nas seguintes fases da cadeia alimentar:

- Produção Primária;
- Fabrico;
- Armazenamento;
- Distribuição;
- Comércio;
- Retalho;
- Venda por Grosso;
- Transporte

Número de Estabelecimentos Controlados:

- N.º Estabelecimentos controlados: 161
- N.º de Estabelecimentos com NC: 16

II Controlos

Quadro 2.1.25
Número de controlos por tipo

	Controlos Programados	Controlos Programados executados	Controlos não Programados	Total Controlos efetuados
Documentais	10	10	0	10
Analíticos	5	5	0	5
Físicos	5	5	0	5
Inspeção	146	146	0	146
Total	166	166	0	166

III Não Conformidades

Quadro 2.1.26
Tipo de Não Conformidades

Tipo	Frequência
Falta de controlo metrológico de pesos	1
Falta de mera comunicação prévia	8
Falta de requisitos	1
Incumprimento das regras relativas às práticas leais de informação	3
Incumprimento dos requisitos gerais e específicos de higiene (artigos 3.º e 4.º do Regulamento (CE) n.º 852/2004)	1
Fabrico ou a comercialização de azeites e óleo de bagaço de azeitona cujas características não obedecem aos requisitos legais	2
Total	16

Quadro 2.1.27
Grau de Risco das Não Conformidades

Grau de risco	Frequência
2	3
3	3
4	10
Total	16

Quadro 2.1.28
Não Conformidades por fase da Cadeia

Fases	Frequência
Produção primária	1
Comércio	8
Fabrico	2
Retalho	5
Total	16

Quadro 2.1.29
Causas e frequência das Não Conformidades

Causas	Frequência
Falta de competência dos Operadores	16

IV Medidas

a) Em caso de incumprimento

Quadro 2.1.30
Medidas tomadas e frequência

Medidas Tomadas	Frequência
Ações judiciais contra os operadores em caso de incumprimento	16

- Grupo 7

- *Plano de Controlo de Regimes de Qualidade (ETG, DOP e IGP)*

Neste grupo foram efetuados controlos nas seguintes fases da cadeia alimentar:

- Produção Primária;
- Abate;
- Armazenamento;
- Distribuição;
- Fabrico

Número de Explorações Controladas:

- N.º Explorações controladas: 3 501
- N.º Explorações com NC: 79

As RA estão incluídas

II Controlos

Quadro 2.1.31
Número de controlos por tipo

	Controlos Programados	Controlos Programados executados	Controlos não Programados	Total Controlos efetuados
Verificação	3830	3766	1358	5124
Auditorias	3	3	0	3
Total	3833	3769	1358	5127

A diferença observada entre o N.º de controlos programados executados e os controlos programados foi justificada por situações em que um operador saiu do sistema de controlo a meio do ano, não tendo chegado a ocorrer o controlo que se encontrava programado.

Os controlos realizados não programados decorreram do seguinte:

- Operadores que aderem a este regime de qualidade e assinam contrato com o Organismo de Controlo posteriormente à elaboração da programação anual dos controlos;
- Quando o risco associado ao operador sofreu alteração posterior à programação do OC, por exemplo resultante da alteração da dimensão e/ou da estrutura dos operadores;
- Detecção de não conformidades em controlos anteriores;
- Quando existe necessidade de controlo adicional para aplicação de derrogações às regras por parte de operadores.

III Não Conformidades

Quadro 2.1.32
Tipo de Não Conformidades

Tipo	Frequência
Ausência de registos e comprovativos	50
Não cumprimento de regras e princípios de produção	114
Utilização de fatores de produção não conformes	7
Rotulagem não conforme	12
Ausência de identificação e separação da produção	1
Total	184

Quadro 2.1.33
Grau de Risco das NC

Grau de risco	Frequência
2	12
3	58
4	114
Total	184

Quadro 2.1.34
Não Conformidades por fase da Cadeia

Fases	Frequência
Fabrico	165
Distribuição	12
Produção primária	7
Total	184

Quadro 2.1.35
Causas e frequência das Não Conformidades

Causas	Frequência
Falta de competência dos operadores	184

IV Medidas

a) Em caso de incumprimento

Quadro 2.1.36
Medidas tomadas e frequência

Medidas Tomadas	Frequência
Notificação para ações corretivas	23
Proibição de colocação no mercado	209
Suspensão da acreditação ou registo que permitem a atividade como empresa	7
Retirada da acreditação ou registo que permitem a atividade como empresa	2
Total	241

- Grupo 8

- *Plano de controlo das Águas Minerais Naturais engarrafadas e das Águas de nascente - vertente captação*

I Caracterização do Plano

Neste grupo foram efetuados controlos nas seguintes fases da cadeia alimentar:

- Produção Primária

Número de Explorações Controladas:

- N.º Explorações controladas: 32
- N.º Explorações com NC: 1

As RA não estão incluídas

II Controlos

Quadro 2.1.37
Número de controlos por tipo

	Controlos Programados	Controlos Programados executados	Controlos não Programados	Total Controlos efetuados
Analíticos	3703	3686	0	3 686
Total	3703	3686	0	3686

A diferença observada entre o N.º de controlos programados executados e os controlos programados foi justificada pela existência de 17 controlos não realizados, que estão na origem de 2 procedimentos de contra-ordenação que se encontram em curso.

III Não Conformidades

Quadro 2.1.38
Tipo de Não Conformidades

Tipo	Frequência
Contaminação de uma captação de água com microrganismos patogénicos	20

Quadro 2.1.39
Grau de Risco das Não Conformidades

Grau de risco	Frequência
4	20

Quadro 2.1.40
Não Conformidades por fase da Cadeia

Fases	Frequência
Produção primária	20

Quadro 2.1.41
Causas e frequência das Não Conformidades

Causas	Frequência
Presença de agentes microbiológicos patogénicos	20

IV Medidas

a) Em caso de incumprimento

Quadro 2.1.42
Medidas tomadas e frequência

Medidas Tomadas	Frequência
Restrição de colocação no mercado	1
Ações judiciais contra os operadores em caso de incumprimento	2
Total	3

- Grupo 9

- *Plano de controlo da importação de géneros alimentícios de origem não animal (GAONA)*

I Caracterização do Plano

Neste plano foram efetuados controlos nas seguintes fases da cadeia alimentar:

- Importação
- N.º de Remessas importadas: 16 593

- N.º de Remessas importadas com NC: 8
- N.º de Mercadorias (Produtos/Géneros Alimentícios) Controladas: 20 766
- N.º de Mercadorias (Produtos/Géneros Alimentícios) com NC: 8

As oito (8) não conformidades existentes são reportadas no âmbito do PNCC (cinco) e no PRPPOV (três).

As RA estão incluídas

II Controlos

Quadro 2.1.43
Número de controlos por tipo

	Controlos Programados	Controlos Programados executados	Controlos não Programados	Total Controlos efetuados
Identidade	0	0	3 330	3 330
Físicos	0	0	3 303**	3 303
Analíticos	0	0	898	898
Total	0	0	24 124	24 124

*Controlos à Importação (não são programados)

**Controlos físicos (CF) totais: 3 303 (CF sem colheita de amostras: 2 405 + CF com colheita de amostras - analíticos 898)

III Não Conformidades

Quadro 2.1.44
Tipo de Não Conformidades

Tipo	Frequência
NC físicas sem colheita de amostras	0
NC físicas com colheita de amostras	8*
NC documentais	0
NC de identidade	0
Total	0

*8 NC reportadas no âmbito de outros planos: 5 no PNCC e 3 no PRPPOV

IV Medidas

a) Em caso de incumprimento

São reportadas a nível do PNCC (5) e do PRPPOV (3)

b) da AC

Quadro 2.1.45
Medidas tomadas e frequência

Medidas tomadas	Frequência
Iniciativas de Formação*	2

*Organização de formação com formadores da DGSANTE sobre TRACES-NT e Reunião de coordenação anual com carácter formativo

c) do Operador

Quadro 2.1.46
Medidas tomadas e frequência

Medidas tomadas	Frequência
Elaboração/Alteração de procedimentos para operadores*	1

*Atualização do portal da DGAV designadamente nos termos referentes à nova plataforma TRACES-NT, à terminologia dos locais (postos de controlo fronteiriços) e documentos (CHEDD).

- *Plano de controlo da importação de géneros alimentícios de origem animal (GAOA)*

I Caracterização do Plano

Neste plano foram efetuados controlos nas seguintes fases da cadeia alimentar:

- Importação

Número de Explorações Controladas:

- N.º PIF controlados: 8
- N.º PIF com NC: 3

As RA estão incluídas

II Controlos

Quadro 2.1.47
Número de controlos por tipo

	Controlos Programados	Controlos Programados executados	Controlos não Programados	Total Controlos efetuados
Documentais	0	0	16 183	16 183
Identidade	0	0	16 183	16 183
Físicos	0	0	5 002	5 002
Analíticos	0	0	428	428
Total	0	0	37 796	37 796

*Não é possível definir *a priori* o N.º de remessas e mercadorias a controlar

III Não Conformidades

Quadro 2.1.48
Tipo de Não Conformidades

Tipo	Frequência
Certificação inadequada (controlo documental)	17
Produtos não correspondem ao descrito nos certificados (controlo de identidade)	5
Produtos alterados ou não respeitada a cadeia de frio (controlo físico)	2

Produtos não cumprem o disposto na legislação vigente em matéria de resíduos ou requisitos microbiológicos (controlo analítico)	7
Ausência de aviso prévio da chegada da remessa	99
Higiene insuficiente	3
Total	133

Quadro 2.1.49
Grau de Risco das Não Conformidades

Grau de risco	Frequência
3	99
4	34
Total	133

Quadro 2.1.50
Não Conformidades por fase da Cadeia

Fases	Frequência
Importação	133

Quadro 2.1.51
Causas e frequência das Não Conformidades

Causas	Frequência
Certificação no país de origem inadequada	17
Controlo inadequado da remessa pela autoridade competente no país de origem	17
Outras	99
Total	133

IV Medidas

a) Em caso de incumprimento

Quadro 2.1.52
Medidas tomadas e frequência

Medidas Tomadas	Frequência
Rejeição	34
Ações judiciais contra os operadores em caso de incumprimento	99
Total	133

2. Sistema de Controlo em Saúde Animal

Planos de Controlo Específicos

- *Programa de Erradicação e Vigilância da Tuberculose Bovina;*
- *Programa de Erradicação e Vigilância da Brucelose Bovina;*
- *Programas de Erradicação da Brucelose dos Pequenos Ruminantes;*
- *Programa de Vigilância, Controlo e Erradicação das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis;*
- *Programa de Vigilância da Gripe Aviária em Aves de Capoeira e Aves Selvagens;*
- *Planos Nacionais de Controlo de Salmonelas;*
- *Plano de Vigilância Sanitária em Águas Interiores;*
- *Plano de Vigilância Sanitária em Maricultura;*
- *Programa de Vigilância, Controlo e Erradicação da Língua Azul;*
- *Programa Sanitário Apícola*

- ***Programa de Erradicação e Vigilância da Tuberculose Bovina***

- Data de envio dos Relatórios à CE: 08/05/2020;
- Estão incluídas as RA;
- Fase da cadeia alimentar: produção primária

Quadro 2.2.1
Resultado dos Controlos

N.º de animais controlados	N.º animais abatidos	Prevalência da doença (animais)	Prevalência da doença (explorações)	Incidência em explorações
1 060 952	737	0,07%	0,44%	0,34%

- ***Programa de Erradicação e Vigilância da Brucelose Bovina***

- Data de envio dos Relatórios à CE: 08/05/2020;
- Estão incluídas as RA;
- Fase da cadeia alimentar: produção primária

Quadro 2.2.2
Resultado dos Controlos

N.º de animais controlados	N.º animais abatidos	Prevalência da doença (animais)	Prevalência da doença (explorações)	Incidência em explorações
763 351	599	0,06%	0,12%	0,10%

- *Programas de Erradicação da Brucelose dos Pequenos Ruminantes*

- Data de envio dos Relatórios à CE: 08/05/2020;
- Não estão incluídas as RA;
- Fase da cadeia alimentar: produção primária

Quadro 2.2.3
Resultado dos Controlos

N.º de animais controlados	N.º de animais abatidos	Prevalência da doença (animais)	Prevalência da doença (explorações)	Incidência em explorações
1 459 119	1018	0,05%	0,39%	0,33%

- *Programa de Vigilância, Controlo e Erradicação das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis*

- Data de envio dos Relatórios à CE: 27/04/2020;
- Estão incluídas as RA;
- Fase da cadeia alimentar: abate, produção primária e transporte

Quadro 2.2.4
Resultado dos Controlos

Monitorização da EEB - 2019		
Grupo	N.º de Amostras	N.º de Amostras Positivas
Abate para consumo	3	0
Abates de Emergência	1 440	0
Suspeitos de doença na I.S.	1 224	0
Mortos	14 245	0
Suspeitas clínicas	6	0
Total	16 918	0

Quadro 2.2.5
Resultado dos Controlos

Monitorização do PVCEEET - 2019					
Caprinos - Scrapie					
Grupo		N.º de amostras	Positivos	Negativos	Idade
Não abatidos para consumo	Mortos na exploração	1 540	1	1 539	>18 meses
Abate para consumo		1	0	1	>18 meses
Abate Compulsivo		0	0	0	>18 meses
Total		1 541	0	1 540	

Monitorização do PVCEEET - 2019					
Ovinos - Scrapie					
Grupo		N.º de amostras	Positivos*	Negativos	Idade
Não abatidos para consumo	Mortos na exploração	15 470	20	15 450	>18 meses
Abate para consumo		4 226	1	4 225	>18 meses
Abate Compulsivo		0	0	0	>18 meses
Total		19696	21	19675	>18 meses

Quadro 2.2.6
Resultado dos Controlos

Animais positivos a EET - 2019		Ovinos		Caprinos
Grupo		TE Clássico	TE Atípico	TE Atípico
Não abatidos para consumo	Mortos na exploração	1	19*	1
Abate para consumo		0	1	0
Abate Compulsivo		0	0	0
Total		1	20	1

* Inclui 1 caso importado de Espanha

- **Programa de Vigilância da Gripe Aviária em Aves de Capoeira e Aves Selvagens**

- Data de envio dos Relatórios à CE: 28/04/2020;
- Estão incluídas as RA;
- Fase da cadeia alimentar: produção primária

-Vigilância ativa em aves domésticas
Quadro 2.2.7
Resultado dos Controlos

Categoria	N.º colheitas previstas	N.º colheitas efetuadas	N.º explorações testadas	N.º de amostras testadas	N.º de positivos	Taxa de execução
Galinhas reprodutoras	84	83	42	829	0	98,81%
Galinhas poedeiras	116	116	58	1158	0	100%
Galinhas poedeiras ao ar livre	48	48	24	480	0	100%
Frangos do campo	61	61	61	610	0	100%
Perus	63	63	63	630	0	100%
Patos de engorda	24-36	34	12	680	0	100%
Patos reprodutores	4	4	2	80	0	100%
Cinegéticas galináceas	35	30	30	300	0	85,71%
Cinegéticas patos	1	1	1	20	0	100%
Ratites	4	3	3	15	0	75%
Capoeiras domésticas	60	54	54	270	0	90%
Total	501-513	497	350	5 072	0	95,41%

Quadro 2.2.8
Testes

Teste	N.º testes feitos
ELISA	4 467
RT-PCR	125

-Vigilância passiva em aves domésticas/em cativeiro
Quadro 2.2.9
Resultado dos Controlos

N.º amostras	N.º testes RT-PCR	N.º positivos
7	2	0

-Vigilância passiva em aves selvagens
Quadro 2.2.10
Resultado dos Controlos

N.º aves amostradas	N.º amostras	N.º testes RT-PCR	N.º positivos
84	146*	131	0

* na maioria dos casos foram colhidas duas amostras na mesma ave - zaragatoa orofaríngea e zaragatoa cloacal

- **Planos Nacionais de Controlo de Salmonelas**

1. Programa Nacional de Controlo de *Salmonella* em bandos de frangos (*Gallus gallus*) - PNCSF
2. Programa Nacional de Controlo de *Salmonella* em bandos de perus de engorda - PNCSF
3. Programa Nacional de Controlo de *Salmonella* em galinhas poedeiras (*Gallus gallus*) - PNCSGP
4. Programa Nacional de Controlo de Salmonelas em bandos de galinhas reprodutoras (*Gallus gallus*) – PNCSGR

- Data de envio dos Relatórios à CE: 30/04/2020;
- Estão incluídas as RA ;
- Fase da cadeia alimentar: produção primária

Quadro 2.2.11
Resultado dos Controlos

Plano Específico	Total bandos existentes	N.º de bandos distintos amostrados	N.º de bandos positivos	% positividade
PNCSE	11 638	11 638	5	0,04
PNCSP	1 159	1 159	5	0,43
PNCSEGP	407	407	4	0,98
PNCSEGR	492	492	1	0,20

- *Plano de Vigilância Sanitária em Águas Interiores*

- As declarações de estatuto de indemnidade às várias doenças de declaração obrigatória dos estabelecimentos aquícolas, são apresentadas no Comité, em conformidade com o n.º 2 do Artigo 50º da Diretiva 2006/88/CE, ficando em consulta pelos diversos EM (por um período de 60 dias).

As declarações de indemnidade piscícola são publicadas no portal da DGAV.

Durante o ano (período novembro 2018/ junho 2019 não foram enviadas à CE declarações de indemnidade Septicémia Hemorrágica Viral (SHV)/Necrose Hematopoiética Infecciosa (NHI)/Herpesvirose da Carpa Koi (HCK), dado que os estabelecimentos aquícolas sujeitos a vigilância sanitária (Categoria II) / análises laboratoriais para obtenção de estatuto indemne (Categoria I) ainda estão em processo de avaliação.

- Não estão incluídas as RA
- Fase da cadeia alimentar: produção primária

Quadro 2.2.12
Resultado dos Controlos

Áreas geográficas	Nº de estabelecimentos visitados	Nº de estabelecimentos analisados	Nº de estabelecimentos	Nº de estabelecimentos que	Nº de estabelecimentos
			Inativos temporariamente	Iniciaram/ ou reiniciaram a sua atividade	desativados (cessação de atividade)
DSAVRN/ 1ª Vistoria	1	1	1**	0	0
DSAVRN/ 2ª Vistoria	11*	7	3**	5***	0
DSAVRC/ 1ª Vistoria	0	0	2	2	1
DSAVRC/ 2ª Vistoria	6	5	2	2	1
* 4 são Unidades Aquícolas (UAA) com fins não comerciais, para autoconsumo					
** UAA com fins não comerciais, para autoconsumo					
*** 4 são UAA recentes					

O Quadro 2.2.12 evidencia o N.º de estabelecimentos aquícolas visitados / analisados, os inativos temporariamente, os que iniciaram/ ou reiniciaram a sua atividade e os estabelecimentos desativados por DSAVR (nos períodos - novembro 2018/junho 2019).

Nos dois períodos de vigilância, foram visitados 18 estabelecimentos aquícolas (incluídas 4 unidades aquícolas (UA)), efetuaram-se 18 controlos oficiais e realizaram-se 13 análises virológicas à NHI/SHV. Os resultados obtidos nos exames virológicos foram negativos.

Fase à negatividade dos exames virológicos (SHV/NHI) realizados foi concluída a evidência de indemnidade.

Os compartimentos aquícolas em atividade já declarados indemnes (Categoria I) à SHV/NHI mantiveram o seu estatuto sanitário.

Não se registaram notificações de suspeita ou de confirmação de doenças exóticas ou não exóticas.

Não foram também registadas quaisquer contra-ordenações de índole sanitária e o grau de risco de introdução/ disseminação de doença classificou-se como Risco Baixo.

No decorrer destas visitas foram realizados controlos adicionais previstos nas outras áreas do Plano Integrado do Controlo Oficial das Pisciculturas (PICOP).

- ***Plano de Vigilância Sanitária em Maricultura***

- No período novembro 2018/ junho 2019) não foram enviadas à CE declarações de indemnidade SHV/ NHI dado que os estabelecimentos aquícolas com espécies sensíveis sujeitos a vigilância sanitária (Categoria II) para obtenção de estatuto indemne (Categoria I) ainda estão em processo de avaliação por ainda não preencherem todos os requisitos exigíveis nesse procedimento (4 anos de vigilância / com amostragens 2 X ano/ todos com resultados negativos SHV/NHI)
- Está incluída a RA Madeira. A RA Açores não possui nenhuma piscicultura ativa
- Fase da cadeia alimentar: produção primária

Quadro 2.2.13

Resultado dos Controlos

N.º de estabelecimentos aquícolas marinhos sujeitos a vigilância sanitária oficial, (período novembro 2018- junho 2019)

Áreas geográficas	N.º provável de estabelecimentos aquícolas licenciados para produção de espécies marinhas *	N.º de estabelecimentos aquícolas ativos **	N.º de estabelecimentos aquícolas visitados/controlados	N.º de estabelecimentos aquícolas amostrados
DSAVRN	1	1	0	0
DSAVRC	24	***16	12	1
DSAVRLVT	41	21	9	0
DSAVRALT	3	2	1	0
DSAVRLG	7	6	1	0
CONTINENTE	76	46	23	0

AÇORES	0	0	0	0
MADEIRA	2	2	2	0
PAÍS	78	48	25	1

*O N.º provável de estabelecimentos aquícolas licenciados é o N.º fornecido pela DGRM, entidade responsável pelo licenciamento e como tal consta no boletim estatístico das pescas.

**Dados da DGAV (resultante da frequência dos CO verifica-se que alguns estabelecimentos estão inativos temporariamente (sem peixe, secagem de lamas, etc ...) e outros mudaram entretanto de atividade (por ex: começaram a produzir outras espécies). Por vezes não estão ativos num dado período e poderão estar no semestre seguinte).

***Não inclui a produção de pregados

Nos estabelecimentos aquícolas marinhos, com espécies não sensíveis à SHV, sublinha-se como resultado relevante da vigilância oficial que entre novembro 2018/junho 2019 não se registaram notificações de ocorrência ou de suspeita de doenças exóticas ou não exóticas.

No rastreio efetuado no período novembro 2018/ junho 2019, os compartimentos aquícolas de pregado continuaram a evidenciar indemnidade à SHV, mantendo assim o estatuto de Categoria I.

No decorrer destes controlos foram realizados controlos adicionais previstos nas outras áreas do Plano Integrado do Controlo Oficial das Pisciculturas (PICOP) (segurança alimentar, medicamentos de uso veterinário e alimentação animal).

- ***Programa de Vigilância, Controlo e Erradicação da Língua Azul***

- Data de envio do Relatório à CE: 28/04/2020
- Não estão incluídas as RA
- Foram efetuados controlos nas seguintes fases da cadeia alimentar: Produção Primária

Quadro 2.2.14
Resultado dos Controlos

Plano de Vigilância Língua Azul		
2019	N.º amostras testadas	N.º amostras positivas
Suspeitas clínicas	39	0
Monitorização através de animais sentinela	3 000	0
Pré-movimentação	10 038	0
Controlos à chegada	8	0
Total	13 085	0

Quadro 2.2.15
Vacinação obrigatória de ovinos - Serótipo 1 do Língua azul

Região (DSAVR)	N.º de efetivos vacinados	N.º de animais vacinados
Centro*	1 224	121 425
Lisboa e Vale do Tejo**	1 348	68 954
Alentejo	6 892	872 185
Algarve	671	34 893
TOTAL	10 135	1097457
Taxa de cobertura	90%	78%

*Concelhos: Castelo Branco, Fundão, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão

** Concelhos: Abrantes, Alcochete, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Constância, Coruche, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Mação, Moita, Montijo, Palmela, Salvaterra de Magos, Sardoal, Setúbal, Tomar e Vila Nova da Barquinha

Quadro 2.2.16
Vacinação obrigatória de ovinos - Serótipo 4 do Língua azul

Região (DSAVR)	N.º de efetivos vacinados	N.º de animais vacinados
Lisboa e Vale do Tejo	903	51522
Alentejo	631	108720
TOTAL	1534	160242
Taxa de cobertura*	110%	69%

- *Programa Sanitário Apícola*
 - Está incluída a Região Autónoma da Madeira (RAM);
 - Foram efetuados controlos nas seguintes fases da cadeia alimentar: Produção Primária;
 - Não foram disponibilizados resultados dos controlos

Planos de Controlo Não Específicos

- *Plano Integrado de Controlo Oficial de Apiários*
- *Plano de Controlo Oficial da Implementação de Ações previstas no Programa de Vigilância, Controlo e Erradicação da Encefalopatia Espongiforme Transmissível;*
- *Plano de Controlo Oficial da Implementação de Ações previstas no Programa de Controlo de Vigilância da Gripe Aviária em Aves de Capoeira e Aves Selvagens;*
- *Plano de Controlo Oficial da Implementação de Ações previstas no Plano de Vigilância das Doenças dos Peixes em Aquicultura;*

- *Plano de Controlo Oficial da Implementação de Ações previstas no Programa de Controlo da Língua Azul*
- *Plano de Controlo da Implementação dos Programas das Salmonelas*
- *Plano de Avaliação dos Centros, Organismos e Atividades relativos ao Sémen*
- *Plano de Controlo à Importação de Animais Vivos e Produtos Germinais*
- *Plano de Controlo à Certificação para Países Terceiros de Animais Vivos e Produtos Germinais*
- *Plano de Controlo do Comércio Intra-união de Animais Vivos*
- *Plano Integrado de Controlo Oficial de Apiários*

I Caracterização do Plano

Foram efetuados controlos nas seguintes fases da cadeia alimentar:

- Produção Primária

Número de Explorações Controladas:

- N.º Explorações controladas: 169
- N.º Explorações com NC: 62

As RA não estão incluídas

II Controlos

Quadro 2.2.17
Número de controlos por tipo

	Controlos Programados	Controlos Programados Executados	Controlos não Programados	Total Controlos efetuados
Físicos	150	150	19	169
Total	150	150	19	169

Os controlos realizados não programados devem-se ao facto de no ano anterior só ter sido realizado um controlo na DSAVR Algarve por falta de recursos humanos.

III Não Conformidades

Quadro 2.2.18
Tipo de Não Conformidades

Tipo	Frequência
Ausência de registos documentais	62
Total	62

Quadro 2.2.19
Fases da cadeia das Não Conformidades

Fases da cadeia	Frequência
Produção primária	62
Total	62

IV Medidas

a) De Incumprimento

Quadro 2.2.20
Medidas tomadas e frequência

Medidas Tomadas	Frequência
Notificação para ações corretivas	62
Total	62

- *Plano de Controlo Oficial da Implementação de Ações previstas no Programa de Vigilância, Controlo e Erradicação da EET*

I Caracterização do Plano

Foram efetuados controlos nas seguintes fases da cadeia alimentar:

- Produção primária
- Abate
- Transporte

Estão incluídas as RA

II Controlos

Quadro 2.2.21
Número de controlos por tipo

	Controlos Programados	Controlos Programados executados	Controlos não Programados	Total Controlos efetuados
Documentais	2 345	2 345	0	2 345
Total	2 345	2 345	0	2 345

III Não Conformidades

Não foram identificadas Não Conformidades

- *Plano de Controlo Oficial da Implementação de Ações previstas no Programa de Controlo de Vigilância da Gripe Aviária em Aves de Capoeira e Aves Selvagens*

I Caracterização do Plano

Foram efetuados controlos nas seguintes fases da cadeia alimentar:

- Produção primária

Número de Explorações Controladas:

- N.º Explorações controladas: 350
- N.º Explorações com NC: 0

Estão incluídas as RA

II Controlos

Quadro 2.2.22
Número de controlos por tipo

	Controlos Programados	Controlos Programados Executados	Controlos não Programados	Total Controlos efetuados
Documentais	1 238	1 225	2	1 227
Total	1 238	1 225	2	1 227

A diferença observada entre o N.º de controlos programados executados e os controlos programados decorre da falta de recursos humanos e do vazio sanitário de uma exploração.

Os controlos realizados não programados decorreram por suspeita de doença - vigilância passiva.

III Não Conformidades

Não foram identificadas Não Conformidades

- *Plano de Controlo Oficial da Implementação de Ações previstas no Plano de Vigilância das Doenças dos Peixes em Aquicultura*

I Caracterização do Plano

Foram efetuados controlos nas seguintes fases da cadeia alimentar:

- Produção Primária

Número de Explorações Controladas:

- N.º Explorações controladas: 40
- N.º Explorações com NC: 1

As RA não estão incluídas

II Controlos

Quadro 2.2.23
Número de controlos por tipo

	Controlos Programados	Controlos Programados executados	Controlos não Programados*	Total Controlos efetuados
Documentais	39	39	1	40
Total	39	39	1	40

*Início de atividade do estabelecimento aquícola

III Não Conformidades

Quadro 2.2.24
Tipo de Não Conformidades

Tipo	Frequência
Introdução não atempada e /ou não introdução documental completa de dados, no Sistema Informático de Controlo Oficial das Pisciculturas (SICOP) – Auto de vistoria, lista de verificação, cópia do boletim de requisição de análises do INIAV, (quando exista amostragem) e documentos adicionais, obtidos durante as visitas às pisciculturas, e o não envio/ ou atraso de envio de relatórios (parcelares ou finais) elaborados pelas DSAVR nos períodos estipulados	1
Total	1

Quadro 2.2.25
Grau de Risco das Não Conformidades

Grau de risco	Frequência
2	1
Total	1

Quadro 2.2.26
Causas das Não Conformidades

Causas	Frequência
Ferramentas e/ou recursos insuficientes para controlar as aplicações	1
Total	1

Quadro 2.2.27
Fases da cadeia das Não Conformidades

Fases da cadeia	Frequência
Produção primária	1
Total	1

IV Medidas

b) De Incumprimento

Quadro 2.2.28
Medidas tomadas e frequência

Medidas Tomadas	Frequência
Notificação para ações corretivas	1
Total	1

- *Plano de Controlo Oficial da Implementação de Ações previstas no Programa de Controlo da Língua Azul*

I Caracterização do Plano

Foram efetuados controlos nas seguintes fases da cadeia alimentar:

- Produção Primária

Número de Explorações Controladas:

- N.º Explorações controladas: 60
- N.º Explorações com NC: 17
- N.º OPP controladas: 26
- N.º OPP com NC: 13

As RA não estão incluídas

II Controlos

Quadro 2.2.29
Número de controlos por tipo

	Controlos Programados	Controlos Programados executados	Controlos não Programados	Total Controlos efetuados
Documentais	60	60	0	60

III Não Conformidades

Quadro 2.2.30
Tipo de Não Conformidades

Tipo	Frequência
Primovacinação incompleta para um ou mais animais da exploração	16
Atraso na revacinação anual	1
Total	17

Quadro 2.2.31
Causas das Não Conformidades

Causas	Frequência
Outras	17
Total	17

Quadro 2.2.32
Fases da cadeia das Não Conformidades

Fases da cadeia	Frequência
Produção primária	17
Total	17

IV Medidas

Quadro 2.2.33
Medidas tomadas e frequência

Medidas Tomadas	Frequência
Notificação para ações corretivas	17

- *Plano de Controlo da Implementação dos Programas das Salmonelas*

I Caracterização do Plano

Foram efetuados controlos nas seguintes fases da cadeia alimentar:

- Produção Primária

Número de Explorações Controladas:

- N.º bandos controlados: 13696
- N.º de bandos com NC: 229

As RA estão incluídas

II Controlos

Quadro 2.2.34
Número de controlos por tipo

	Controlos Programados	Controlos Programados executados	Controlos não Programados	Total Controlos efetuados
Físicos	859	859	0	859
Documentais	13 696	13 696	0	13 696
Totais	14 555	14 555	0	14 555

III Não Conformidades

Quadro 2.2.35
Tipo de Não Conformidades

Tipo	Frequência
Irregularidades no autocontrolo	229
Campos não preenchidos nos modelos definidos	35
Total	264

Quadro 2.2.36
Grau de Risco das Não Conformidades

Grau de risco	Frequência
2	264
Total	264

Quadro 2.2.37
Causas das Não Conformidades

Causas	Frequência
Falta de competência dos Operadores	229
Outras: Falhas a nível laboratorial	35
Total	264

Quadro 2.2.38
Fases da cadeia das Não Conformidades

Fases da cadeia	Frequência
Produção primária	264

IV Medidas

a) De Incumprimento

Quadro 2.2.39
Medidas tomadas e frequência

Medidas Tomadas	Frequência
Notificação para ações corretivas	229

b) Da Autoridade Competente

Quadro 2.2.40
Medidas tomadas e frequência

Medidas Tomadas	Frequência
Iniciativas de formação	7

- *Plano de Avaliação dos Centros, Organismos e Atividades relativos ao Sémén*

I Caracterização do Plano

Foram efetuados controlos nas seguintes fases da cadeia alimentar:

- Produção Primária

Número de Explorações Controladas:

- N.º Estabelecimentos controlados: 9
- N.º OPP controlados: 2
- N.º de Estabelecimentos com NC: 1

Não estão incluídas as RA

II Controlos

Quadro 2.2.41
Número de controlos por tipo

	Controlos Programados	Controlos Programados executados	Controlos não Programados*	Total Controlos efetuados
Inspeção	9	9	3	12
Totais	9	9	3	12

*Vistorias de aprovação

III Não Conformidades

Quadro 2.2.42
Tipo de Não Conformidades

Tipo	Frequência
Registos insuficientes	1
Total	1

Quadro 2.2.43
Grau de Risco das Não Conformidades

Grau de risco	Frequência
2	1
Total	1

Quadro 2.2.44
Causas das Não Conformidades

Causas	Frequência
Sensibilização insuficiente dos Operadores	1
Total	1

Quadro 2.2.45
Fases da cadeia das Não Conformidades

Fases da cadeia	Frequência
Produção Primária	1

IV Medidas

c) De Incumprimento

Quadro 2.2.46
Medidas tomadas e frequência

Medidas Tomadas	Frequência
Restrição de colocação no mercado	1

- *Plano de Controlo à Importação de Animais Vivos e Produtos Germinais*

I Caracterização do Plano

N.º de PCF controlados	0
N.º de PEV controlados	1
N.º de DSAVR/RA (COOR) controladas (área PCF)	0
N.º de DSAVR/RA (COOR) controladas (área PEV)	0

N.º de PCF controlados com NC	0
N.º de PEV controlados com NC	0
N.º de DSAVR/RA (COOR) controladas (área PCF) com NC	0
N.º de DSAVR/RA (COOR) controladas (área PEV) com NC	0

II Controlos

Quadro 2.2.47
N.º de controlos

Natureza dos Controlos (exemplos)	Controlos Programados	Controlos Realizados	Controlos Não Programados Efetuados	Total
Visitas	1	1	0	1
Controlo documental	0	0	0	0
Outro entendido como aplicável (especificar)	0	0	0	0

III Não Conformidades

Não foram identificadas Não Conformidades

IV Medidas

Divulgação de informação sobre a entrada de animais de companhia provenientes de determinados países terceiros pela DSAVR/RA em causa, especialmente junto dos viajantes e agências de viagem, tendo em vista a difusão de informação nos países terceiros para onde se deslocam das regras sanitárias aplicáveis na UE, sobretudo num país terceiro com elevada percentagem de emigrantes portugueses.

- *Plano de Controlo à Certificação para Países Terceiros de Animais Vivos e Produtos Germinais*

I Caracterização do Plano

N.º de DSAVR/RA (COOR) controladas	2
------------------------------------	---

N.º de DSAVR/RA (COOR) controladas com NC	2
---	---

II Controlos

Quadro 2.2.48
N.º de controlos

Natureza dos Controlos (exemplos)	Controlos Programados	Controlos Realizados	Controlos Não Programados Efetuados	Total
Visitas	0	0	0	0
Controlo documental	2	5	3	8
Outro entendido como aplicável (especificar)	0	0	0	0

III Não Conformidades

Quadro 2.2.49
N.º de Não Conformidades

Tipo	Frequência	Classificação*	Causas
Não utilização do Mod n.º 1452 por parte dos veterinários clínicos numa DSAVR/RA	8	4	Não cumprimento das regras instituídas
Impressos n.º 1 não corretamente preenchidos em duas DSAVR/RA	37	4	Não cumprimento das regras instituídas
Emissão de certificados cujas regras não estão consignadas na Intranet2 numa DSAVR/RA	1	4	Não cumprimento das regras instituídas
Emissão de um certificado cuja informação nele contida não é a aplicável/exigida numa DSAVR/RA	1	4	Não cumprimento das regras instituídas
Em alguns casos, preenchimento incorreto e utilização de modelos de certificados não atualizados numa DSAVR/RA	3	4	Não cumprimento das regras instituídas

*1- Negligenciável; 2 - Fraco; 3 - Médio; 4 - Elevado

IV Medidas

Quadro 2.2.50
Medidas Tomadas

Medidas tomadas	Frequência
Proposta de um procedimento diferente do estabelecido, dada a especificidade local, no que concerne a utilização do Mod n.º 1452 por parte dos veterinários clínicos.	1
Informação ao certificador em causa sobre o correto preenchimento do impresso n.1; Verificação mensal dos pedidos de emissão de certificado.	2
Informação ao certificador em causa sobre o correto preenchimento dos certificados; Avaliação mensal dos certificados emitidos.	2
Reforço da informação junto dos médicos veterinários certificadores sobre o correto preenchimento da documentação; e Programação de uma ação de formação para o 2.º semestre de 2019; Avaliação mensal aleatória de 10 certificados emitidos durante o mês anterior com registo e informação sobre a conformidade/não conformidade no preenchimento da documentação.	4
Reforço da informação junto dos médicos veterinários certificadores sobre a obrigatoriedade de utilização dos modelos dos certificados constantes da intranet; Programação de uma ação de formação para o 2.º semestre de 2019. Avaliação mensal aleatória de 10 certificados emitidos durante o mês anterior com registo e informação sobre a conformidade/não conformidade da utilização de modelos de certificados atualizados.	3
Reforço da informação junto dos médicos veterinários certificadores da necessidade de cumprimento das condições sanitárias definidas em cada modelo de certificado aprovado; Programação de uma ação de formação para o 2.º semestre de 2019.	2

- ***Plano de Controlo do Comércio Intra-União de Animais Vivos***

I Caracterização do Plano

Foram efetuados controlos nas seguintes fases da cadeia alimentar:

- Comércio

Número de Explorações Controladas:

- N.º UVL controladas: 34

- N.º UVL com NC: 32

As RA estão incluídas

II Controlos

Quadro 2.2.51

Número de controlos por tipo	Controlos Programados	Controlos Programados executados	Controlos não Programados*	Total Controlos efetuados
Documentais			9 667	9 667
Físicos			7 190	7 190
Total			16 857	16 857

* Não é possível programar os controlos aos certificados emitidos decorrentes da importação/exportação de animais.

III Não Conformidades

Quadro 2.2.52

Tipo de Não Conformidades

Tipo	Frequência
Não conformidades Sanitárias (detetadas pelas autoridades oficiais dos outros Estados-Membros) nos certificados Traces emitidos pelas autoridades oficiais de Portugal	223
Não conformidades de Bem-Estar (detetadas pelas autoridades oficiais dos outros Estados-Membros) nos certificados Traces emitidos pelas autoridades oficiais de Portugal	34
Total	257

Quadro 2.2.53
Causas das Não Conformidades

Causas	Frequência
Outras	257
Total	257

Quadro 2.2.54
Fases da cadeia das Não Conformidades

Fases da cadeia	Frequência
Comércio	257
Total	257

Quadro 2.2.55
Grau de Risco das Não Conformidades

Grau de risco	Frequência
3	257
Total	257

IV Medidas

a) De Incumprimento

Quadro 2.2.56
Medidas tomadas e frequência

Medidas Tomadas	Frequência
Notificação para ações corretivas	209

3. Sistema de Controlo de Bem Estar Animal

Plano de Controlo Não Específico

- *Plano de Acompanhamento do Plano de Proteção Animal*

I Caracterização do Plano

Foram efetuados controlos nas seguintes fases da cadeia alimentar:

- Abate;
- Produção Primária;
- Transporte

Número de Estabelecimentos Controlados:

- N.º Estabelecimentos controlados: 3
- N.º Estabelecimentos com NC: 3
- N.º Explorações controladas: 5
- N.º Explorações com NC: 4
- N.º UVL controlados: 2
- N.º de UVL com NC: 2
- Transportes controlados: 3
- N.º Transportes com NC: 1

Não estão incluídas as RA

II Controlos

Quadro 2.3.1
Número de controlos oficiais por tipo

	Controlos Programados	Controlos Programados Executados	Controlos Não Programados	Total Controlos efetuados
Documental	2	2	0	2
Físico	16	9	2	11
Total	18	11	2	13

A diferença observada entre o N.º de controlos programados executados (11) e os controlos programados (18) foi justificada pelo seguinte:

- Não foi executado um controlo ao transporte marítimo por dificuldades no agendamento do mesmo, por parte da DBEA e da DSAVRLVT. Este controlo foi realizado no início de 2020 por conveniência de todos os serviços envolvidos.
- Não foi executado um controlo no matadouro, uma vez que se teve que direcionar os controlos de acompanhamento do BEA no matadouro para controlos a estabelecimentos alvo de suspensão, por motivos que incluíam as questões de BEA.
- Não foram realizados quatro dos controlos previstos a explorações de suínos e um controlo a explorações de frangos por impossibilidade de agendamento dos serviços.

III Não Conformidades

Quadro 2.3.2
Tipo de Não Conformidades

Não Conformidades	Frequência
Não introdução dos relatórios na página da intranet (DSPA/DBEA/PPA)	1
Avaliação incompleta/incorrecta dos requisitos	10

Falta de sanções eficazes/ e ou proporcionadas/ e ou dissuasivas	1
Não cumprimento da % de explorações/transportes/matadouros controlar	1
Orientações técnicas insuficientes/pouco assertivas, no decorrer dos controlos de rotina	2
Avaliação incompleta/incorrecta dos requisitos	1
Não realização dos controlos para verificação das correções/melhorias exigidas	2
Total	18

Quadro 2.3.3
Não Conformidades por fases da Cadeia

Fases	Frequência
Produção Primária	8
Abate	6
Transporte	4
Total	18

Quadro 2.3.4
Grau de Risco das Não Conformidades

Grau de risco	Frequência
2	4
3	5
4	9
Total	18

Quadro 2.3.5
Causas das Não Conformidades

Causas	Frequência
Ferramentas e/ou recursos insuficientes para controlar as aplicações	10
Falta de sanções eficazes e/ou proporcionais e/ou dissuasivas	1
Outras	7
Total	18

IV Medidas

a) De Incumprimento

Quadro 2.3.6
Medidas tomadas e frequência

Medidas Tomadas	Frequência
Notificação para ações corretivas	10

b) Da Autoridade competente

Quadro 2.3.7
Medidas tomadas e frequência

Medidas Tomadas	Frequência
Iniciativas de formação	11

4. Sistema de Controlo em Alimentação Animal

Planos de Controlo Não Específicos

- *Plano de Controlo da Alimentação Animal*

(o Plano de Fabrico e Utilização de Alimentos Medicamentosos, está inserido no CAA).

- *Plano Nacional de Fiscalização/Inspeção- Vertente Alimentação Animal AA (PNFA-AA)*

I Caracterização dos Planos

Foram efetuados controlos nas seguintes fases da cadeia alimentar:

- Produção Primária;
- Transporte;
- Fabrico;
- Transformação;
- Armazenamento;
- Distribuição;
- Comércio;
- Retalho;
- Venda por Grosso;
- Importação

Número de Locais Controlados:

- N.º Estabelecimentos controlados: 89 + [201(analíticos) +101 (documentais)]*
- N.º Estabelecimentos com NC: 30 +[15(analíticos) + 57 (documentais)]*
- N.º Explorações controladas: [489 (analíticos) + 908 (documentais)]*
- N.º Explorações com NC: [0 (analíticos) + 37 (documentais)]*

*No CAA, não é possível somar todos os controlos efetuados nos estabelecimentos ou explorações, uma vez que no mesmo estabelecimento ou exploração podem ter sido efetuados os dois tipos de controlos (analíticos e documentais).

No CAA estão incluídas as RA.

- Os resultados reportados são preliminares pois correspondem aos que se encontravam disponíveis à data da recolha de informação no presente relatório.

Assim, ainda não foram incluídos os resultados de 334 amostras (controlos analíticos).

II Controlos

Quadro 2.4.1
Número de controlos por tipo

	Controlos Programados	Controlos Programados Executados	Controlos Não Programados	Total Controlos efetuados
Inspeção	1 367	1 121	64	1 185
Identidade	89	89	0	89
Analíticos	2 095	1 653	0	1 653
Total	3 551	2 863	64	2 927

A diferença entre o N.º de controlos programados e os controlos programados executados verificada no CAA, deveu-se a:

- Comunicação tardia às regiões para executarem o Plano;
- Escassez de meios humanos; Financiamento com cabimentação tardia.

Os controlos realizados não programados, observados no CAA, foram justificados por:

- Inspeções em conjunto com outras atividades efetuadas no âmbito de estabelecimentos com várias atividades;
- Na sequência de NC anteriores

II Não Conformidades

Quadro 2.4.2
Tipo de Não Conformidades

Não Conformidades	Frequência
Falta de registo do estabelecimento	13
Falta de registo junto da DGAV operador recetor	11
Falta de comunicações de informações à DGAV	1
Falta de prescrição médica veterinária	1
Comercialização de alimentos compostos que não respeitam os requisitos legais	1
Falta de pré-aviso à DGAV operador recetor	3
Presença de Salmonela	2
Presença de coccidiostáticos como substâncias indesejáveis/acima dos limites máximos	5
Teores de aditivos (Zinco e/ou Cobre) acima dos limites máximos admissíveis	3
Teores de aditivos (coccidiostáticos) abaixo dos valores declarados na rotulagem e dos limites mínimos admissíveis	4
Teores de constituintes analíticos (proteína bruta/cinza bruta/fibra bruta) diferentes dos valores declarados na rotulagem	1
Estruturas e equipamentos	27
Limpeza e desinfeção	34
Produção e controlo de qualidade	28
Armazenamento e transporte	25
HACCP	28
Documentação e registos	27
Rotulagem	19
Rastreabilidade	19
Reclamações / retirada de mercado	11
Total	263

Quadro 2.4.3
Não Conformidades por fases da Cadeia

Fases	Frequência
Fabrico	139
Armazenamento	1
Comércio	1
Distribuição	84
Retalho	22
Transporte	16
Total	263

Quadro 2.4.4
Grau de Risco das Não Conformidades

Grau de risco	Frequência
2	190
3	70
4	3
Total	263

Quadro 2.4.5
Causas das Não Conformidades

Causas (*)	Frequência
Falta de competência dos Operadores	30
Total	30

*No CAA não são referidas as causas de outras NC

IV Medidas

Quadro 2.4.6
Medidas tomadas

Medidas Tomadas*	Frequência
Notificação para ações corretivas	57
Ações judiciais **	30
Total	87

*No CAA, sendo 1 notificação por estabelecimento com NC, estas podem ser várias e em várias atividades do mesmo estabelecimento.

**No CAA não foi possível contabilizar as Ações judiciais contra os operadores em caso de incumprimento.

5. Sistema de Controlo em Fitossanidade

- *Medidas de inspeção Fitossanitária desenvolvidas ao abrigo da Diretiva 2000/29/CE*

Planos de Controlo Não Específicos

Medidas de Proteção Fitossanitária - Vertente Agrícola (A)

- *Plano de controlo de Medidas Fitossanitárias - Vertente Florestal (B)*
- *Plano de Fiscalização/Inspeção - GA - Vertente Fitossanidade (PNFA/fitossanidade)*

I Caracterização dos Planos

Foram efetuados controlos nas seguintes fases da cadeia alimentar:

- Planos (Medidas de Proteção Fitossanitária - Vertente Agrícola (A) e Plano de controlo de Medidas Fitossanitárias - Vertente Florestal (B)) abrangeram:
 - Comércio;
 - Importação;
 - Produção primária;
 - Fabrico

- O Plano de Fiscalização/Inspeção - GA - Vertente Fitossanidade (PNFA/fitossanidade) abrangeu:
 - Distribuição;
 - Comércio;
 - Retalho;
 - Transporte;
 - Venda por Grosso

N.º de estabelecimentos/explorações controlados:

- N.º de estabelecimentos controlados: 2321
- N.º de estabelecimentos com NC: 200

As RA estão incluídas no PNFA/fitossanidade.

- No âmbito do Plano de controlo de Medidas Fitossanitárias - Vertente Florestal (B), não foram registados estabelecimentos com NC. Foram registadas 50 NC documentais, mas à importação.

II Controlos

Quadro 2.5.1
Número de controlos por tipo

	Controlos Programados	Controlos Programados Executados	Controlos não Programados	Total Controlos efetuados
Inspeções	9916	7427	15201	22628
Análíticos	915	693	3534	4227
Documentais	141	141	0	141
Identidade	141	141	0	141
Total	11113	8402	18735	27137

A diferença observada entre o N.º de controlos executados e os controlos programados foi justificado pela:

- Falta de recursos Humanos;
- Inexistência de material vegetal para realização de inspeção.

Os controlos realizados não programados, foram devidos a:

- Inspeções e análises realizadas à importação;
- Inspeções fitossanitárias na sequência de deteção de organismos prejudiciais;
- Aumento substancial de novos programas de prospeção como consequência houve mais controlos não programados. Alguns Operadores económicos foram inspecionados mais que uma vez

III Não Conformidades

Quadro 2.5.2
Tipo de Não Conformidades

Tipo	Frequência
A expedição para a ZT de material de embalagem de madeira de coníferas e de colmeias e ninhos, que não se encontra tratado e marcado, bem como de madeira não processada de conífera	2
Colocação em circulação pelos fabricantes ou reparadores de material de embalagem de madeira de coníferas na ZR, que não se encontra tratado e marcado	1
A expedição para fora da ZR de material de embalagem de madeira de coníferas e de colmeias e ninhos, que não se encontra tratado e se destina aos outros Estados -Membros	1
O não cumprimento por parte dos OE das obrigações, exigências fitossanitárias e dos requisitos técnicos específicos	3
Presença de organismos nocivos	22
Presença de outros organismos	11
Documentais e outras	266
Falta de tratamento	12

Material interdito	2
Operador Económico Ilegal	1
De equipamento, procedimento e documental	39
Total	360

Quadro 2.5.3
Grau de Risco das Não Conformidades

Grau de risco	Frequência
3	333
4	27
Total	360

Quadro 2.5.4
Não Conformidades por fases da Cadeia

Fases	Frequência
Importação	67
Distribuição	3
Transporte	1
Comércio	2
Produção Primária	144
Indústria	140
Retalho	3
Total	360

Quadro 2.5.5
Causas das Não Conformidades

Causas	Frequência
Outras (Incumprimento por parte da AC do país terceiro)	50
Falta de competência dos Operadores	7
Outras	303
Total	360

IV Medidas

a) Em caso de incumprimento

Quadro 2.5.6
Medidas Tomadas

Medidas Tomadas	Frequência
Destruição de material	57
Tratamento (fitossanitário ou outro adequado) (está na legislação como medida)	16
Suspensão da acreditação ou Registo que permitem a atividade como empresa	20
Notificação para Ações corretivas	56
Pedido de documentos apropriados	1
Correção de documentos	68
Interdição de movimento	4
Devolução à origem	2
Pedido de novo certificado	13
Verificação exaustiva (da remessa)	8
Ações judiciais	35

b) da Autoridade Competente

Quadro 2.5.7
Medidas Tomadas

Medidas Tomadas	Frequência
Iniciativas de formação	24
Procedimentos novos	4
Nova legislação	25
Publicações (folhetos)	20
Sessões de esclarecimento (informação/orientação)	14

c) do Operador

Quadro 2.5.8
Medidas Tomadas

Medidas Tomadas	Frequência
Iniciativas de formação	2
Sessões de esclarecimento	7
Publicações (folhetos)	5

III - AUDITORIAS - SISTEMA NACIONAL DE AUDITORIAS

1 - Auditorias Internas

O Plano de Auditorias realizado pelo Núcleo de Auditorias da DGAV (NA) decorreu de 1 de janeiro a 31 de dezembro, de acordo com o estipulado.

Abrangeu um total de 18 Auditorias, a Temas incluídos no Anexo da Decisão 2007/363/CE, sendo 2 auditorias adiadas para janeiro de 2020 por solicitação das UO envolvidas e com o acordo do NA.

As Auditorias foram realizadas de acordo com o “Manual de Procedimentos - Auditorias Internas” (MPAI) e o “Manual de Boas Práticas Para os Serviços Auditados”.

- **Auditorias realizadas**

As 16 Auditorias efetuadas tiveram a seguinte distribuição pelas UO: 2 Auditorias nos Serviços Centrais, 11 Auditorias nas DSAVR, 2 Auditorias na Drag da RAA e 1 Auditoria na Direção Regional de Agricultura (DRA) da Região Autónoma da Madeira (RAM), conforme tabela seguinte:

Quadro 3.1.1
Auditorias realizadas/Entidade

Tipo de Auditorias	Local	N.º de Auditorias
Rotina	DSAVRN	3
	DSAVRC	2
	DSAVRLVT	2
	DSAVRA	2
	DSAVRAL	2
	Drag da RAA	2
	DRA da RAM	1

Seguimento	DSPA	1
	DSSA	1

Os temas abrangidos nas Auditorias de rotina, foram, os seguintes:

1. Planos de Contingência das Doenças dos Animais;
2. Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos, vertente dos subprodutos
3. Programa de Controlo das Salmonelas
4. Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos, vertentes carnes, produtos da pesca, leites, ovos, mel e outros
5. Plano de Controlo da Certificação de Produtos de Origem Animal;
6. Sistema de Alerta Rápido
7. Programas de Erradicação da Tuberculose e da Brucelose Bovina
8. Postos de Inspeção Fronteiriços;
9. Pontos de Entrada dos Viajantes;
10. Controlo de Restos de Cozinha e Mesa de Transportes Internacionais
11. Plano de Controlo Oficial de Navios de Pesca; Controlo Oficial de Pescado;
12. Inspeção Sanitária em Estabelecimentos de Abate de Ungulados;
13. Plano de Acompanhamento da Inspeção Sanitária

Quadro 3.1.2
Auditorias realizadas/Tema

N.º da Auditoria	Local	Tema
1	DSAVRALG	Planos de Contingência das Doenças dos Animais
2	DSAVRN	Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos, vertente dos subprodutos
3	DSAVRC	Programa de Controlo das Salmonelas

4	DSAVRA	Planos de Contingência das Doenças dos Animais
5	DSPA	Seguimento das Auditorias
6	DSAVRC	Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos, vertentes carnes, produtos da pesca, leites, ovos, mel e outros
7	Drag da RAA	Programa de Controlo das Salmonelas; Plano de Controlo da Certificação de Produtos de Origem Animal; Sistema de Alerta Rápido
8	DSAVRLVT	Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos, vertentes carnes, produtos da pesca, leites, ovos, mel e outros
9	DSAVRN	Programas de Erradicação da Tuberculose e da Brucelose Bovina
10	DSAV da DRA da RAM	Postos de Inspeção Fronteiriços; Pontos de Entrada dos Viajantes; Controlo de Restos de Cozinha e Mesa de Transportes Internacionais
11	DSSA	Seguimento das Auditorias
12	DSAVRALG	Plano de Controlo Oficial de Navios de Pesca; Controlo Oficial de Pescado
13	DSAVRN	Inspeção Sanitária em Estabelecimentos de Abate de Ungulados; Plano de Acompanhamento da Inspeção Sanitária
14	DSAVRLVT	Plano de Controlo Oficial de Navios de Pesca; Controlo Oficial de Pescado
15	Drag da RAA	Plano de Controlo Oficial de Navios de Pesca; Controlo Oficial de Pescado e Produtos da Pesca; Plano de Acompanhamento da Inspeção Sanitária
16	DSAVRA	Programas de Erradicação da Tuberculose e da Brucelose Bovina
17	DSAVRC	Inspeção Sanitária em Estabelecimentos de Abate de Ungulados; Plano de Acompanhamento da Inspeção Sanitária
18	DSAVRLVT	Programa de Controlo das Salmonelas

Constatações, Conclusões e Recomendações nas Auditorias de Rotina:

Na amostragem de assuntos e requisitos auditados nas 16 AI efetuadas, as Constatações foram classificadas do seguinte modo:

- “Constatações positivas (Cp)”
- “Observações (Obs)”

- “Não Conformidades menores (Ncm)”
- “Não Conformidades maiores (NCM)”

A “Cp” é a atividade ou situação considerada como ponto forte.

A “Obs” é o requisito considerado conforme (que está a ser cumprido), mas que deve ser sujeito a uma oportunidade de melhoria.

A “Ncm” é o requisito que não está a ser cumprido, referente a uma falha isolada na implementação de requisito que não coloca em causa de modo significativo a qualidade dos resultados da atividade desenvolvida, no funcionamento do sistema ou nos objetivos a atingir.

A “NCM” é o requisito que não está a ser cumprido, referente a ausência ou falha sistemática na implementação de requisito com implicações significativas na qualidade dos resultados da atividade desenvolvida, no correto funcionamento do sistema ou nos objetivos a atingir e situações consideradas de risco imediato para a saúde pública e animal.

As Constatações verificadas durante as AI realizadas em 2019 foram classificadas do seguinte modo:

Quadro 3.1.3
Constatações

N.º da auditoria	CP	Obs	NCm	NCM	Total
1 (1)	7	5	4	-	16
2	12	1	1	-	14
3	22	2	5	-	29
4	13	5	3	-	21
5					Seguimento
6	16	3	4	-	23
7	22	-	7	-	29

8	22	5	2	1	30
9	29	2	1	-	32
10	14	2	3	1	20
11					Seguimento
12	10	3	1	-	14
13	16	1	2	-	19
14	12	2	-	-	14
15	18	7	3	-	28
16 (2)	21	5	11	-	37
Total	234	43	47	2	326

(1) Fase de Comentários ao Relatório Preliminar (RP)

(2) Fase de avaliação dos comentários ao Relatório Preliminar (RP)

A metodologia a seguir relativamente à Conclusão a emitir pela Equipa de Auditoria encontra-se descrita no MPAl.

As Conclusões podem ser classificadas em Não Satisfatório (NS), Quase Satisfatório (QS), Satisfatório (S), Bastante Satisfatório (BS) e Muito satisfatório (MS).

Quadro 3.1.4
Conclusões

N.º da Auditoria	NS	QS	S	BS	MS
1 (1)	-	X (***)		-	
2	-	-		-	X (***)
3	-	-	-	X (***)	-
4	-	-	X (***)	-	
5	-	-	-		Seguimento

6	-	-	-	X (**)	X (*)
7	-	-	X (**)	-	X (*)
8	-	-	X (**)		X (*)
9	-	-		-	X (***)
10	-	-	X (***)	-	-
11	-	-	-		Seguimento
12	-	-	-		X - (***)
13	-	-	X (***)		-
14	-	-	-		X (***)
15	-	-	-		X (***)
16 (2)	-	-	X (*) X (**)		

Parte Geral (*),

Parte específica (**)

Parte geral/específica (***)

⁽³⁾ Fase de Comentários ao RP

⁽⁴⁾ Fase de avaliação dos comentários ao RP

Quadro 3.1.5
Recomendações

N.º da Auditoria	N.º de Recomendações
1	Fase comentários
2	1
3	2
4	6
5	seguimento
6	6
7	1

8	5
9	1
10	3
11	seguimento
12	4
13	1
14	1
15	0
16	Fase de avaliação de comentários ao RP

• Auditorias de Seguimento

Foram realizadas 2 auditorias de seguimento em 2 Direções de Serviços Centrais, tendo sido avaliada uma amostra de auditorias realizadas até 2018 e que se encontravam, à data da auditoria, em situação de “Não encerrada”.

Ações de seguimento das Auditorias de Rotina:

À data de 31 de Dezembro a informação relacionada com os PdA (Plano de acção) das auditorias, descrita no Relatório Semestral - Seguimento das auditorias, ponto da situação (dezembro de 2019) era a seguinte:

- N.º Auditorias encerradas 196
- N.º Auditorias em aberto, em avaliação - 31 com a seguinte distribuição por ano:
 - ✓ Duas em 2013;
 - ✓ Três em 2014;
 - ✓ Três em 2015;
 - ✓ Quatro em 2016;

- ✓ Quatro em 2017;
- ✓ Seis em 2018;
- ✓ Dez em 2019;

2 - Auditorias Externas

No âmbito do ponto “Auditorias realizadas ao abrigo do N.º 6 do art.º 4º do Reg.(CE) N.º 882/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho”, a IGAMAOT realizou em 2019, as seguintes ações:

- **Conclusão de uma auditoria de sistemas**, cuja execução havia sido iniciada em 2018;
- **Duas auditorias de sistemas**, inseridas no Plano de Atividades de 2019;
- **Quatro ações de follow-up**, a recomendações efetuadas em anteriores auditorias, igualmente enquadradas no Plano de Atividades de 2019.

A programação das ações foi realizada em coordenação com a atividade de auditoria interna da DGAV, no quadro do Sistema Nacional de Auditoria (SNA), no âmbito do ciclo de auditorias 2014-2019, às áreas de controlo oficial constantes do PNCPI.

- **Ações Realizadas e Resultados**

Nos Quadros que se seguem, encontram-se identificadas as ações realizadas pelo IGAMAOT bem como as conclusões relevantes emanadas (com especial relevo para os aspetos positivos e para as não conformidades apuradas) e recomendações efetuadas.

Quadro 3.2.1
Identificação das Ações Desenvolvidas e respetivas AC

AÇÃO	AC	ÂMBITO
1 - Auditoria ao Sistema de Certificação de Animais Vivos e de Produtos de Origem Animal para Exportação (transitou de 2018)	Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)	Continente
2 - Auditoria aos Sistemas de Licenciamento e de Controlo Oficial das Aquiculturas em Águas Interiores	Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF)	Continente
3 - Auditoria ao Sistema Nacional de Monitorização de Moluscos Bivalves (SNMB)	Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA)	Continente
4 - Acompanhamento das recomendações da Auditoria ao sistema de produção de lamas destinadas a valorização agrícola (VAL)	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT)	Continente
5 - Acompanhamento das recomendações da Auditoria ao sistema de Licenciamento Ambiental	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA)	Continente
6 - Acompanhamento das recomendações formuladas na “Auditoria ao sistema de valorização em solos agrícolas por lamas de depuração” (2015) - (2.ª ação de acompanhamento)	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) Direção Regional da Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC) Direção Regional da Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAPAL) Direção Regional da Agricultura e Pescas do Algarve (DRAPALG)	Continente

AÇÃO	AC	ÂMBITO
7 - Acompanhamento das recomendações da Auditoria ao sistema de controlo oficial da produção e colocação no mercado dos moluscos bivalves vivos	Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) e Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (IPMA)	Continente

• Conclusões relevantes das auditorias

Das constatações observadas das auditorias e das ações de seguimento das recomendações, relevam-se as principais conclusões, sistematizando os aspetos positivos e as não conformidades dos sistemas de controlo oficial e de auditoria:

Quadro 3.2.2
Conclusões Relevantes das Auditorias Realizadas

PLANO	ASPECTOS POSITIVOS	NÃO CONFORMIDADES (TIPIFICADAS)
1 - Auditoria ao Sistema de Certificação de Animais Vivos e de Produtos de Origem Animal para Exportação (transitou de 2018)	• A realização de reuniões entre os Coordenadores e os Médicos Veterinários (MV) certificadores constitui uma boa prática para divulgação de informação, harmonização dos procedimentos e formação; • Encontram-se estabelecidos planos de emergência, aplicáveis ao âmbito da certificação de Animais Vivos (AV) e Produtos de Origem Animal (POA); • Os MV certificadores possuem adequadas habilitações e frequentam regularmente ações de formação; • Normativos para a certificação de AV e POA, são disponibilizados aos serviços regionais no portal interno; • A DGAV disponibiliza os modelos de certificados, legislação e normativos na página oficial; • A confidencialidade e a ausência de conflito de interesses são salvaguardadas pela AC.	• Recursos humanos limitados para a certificação de AV e POA, em especial na DSAVR Alentejo; • Recursos materiais insuficientes no que respeita a viaturas de serviço e meios informáticos; • O requerimento para pedido para certificação de AV não se encontra uniformizado, e evidenciou deficiências de instrução, por parte de Operadores Económicos (OE); • As vistorias realizadas não têm cumprido sempre os prazos previstos, o que limita o rigor e a atualidade da informação; • Os modelos de <i>Checklist</i>/Relatório da verificação <i>in loco</i> dos POA para exportação não se encontra completa e uniformemente instituída pelas DSAVR; • Irregularidades nos controlos efetuados pelos MV dos AV, na origem, inerentes a ausência de certificação; • Alguns certificados emitidos pelos MV evidenciam falhas na legibilidade da sua

PLANO	ASPECTOS POSITIVOS	NÃO CONFORMIDADES (TIIFICADAS)
		identificação; • Deficiente aplicação pelos serviços, das taxas previstas legalmente cobrar, no âmbito das certificações; • Inexistência de aplicação de sanções nos casos de incumprimento detetados, após certificação; • No PNCPI, o Plano de Controlo - Certificação de POA encontra-se completo, mas carece de atualização.
2 - Auditoria aos Sistemas de Licenciamento e de Controlo Oficial das Aquiculturas em Águas Interiores	• Implementação de vistorias, por parte do ICNF, para avaliação contínua do cumprimento dos requisitos nas unidades aquícolas; • A supervisão estabelecida na DGAV, a nível central e regional, tem permitido orientar para uma melhor atuação e eficácia dos Controlos Oficiais (CO); • A execução dos CO segue procedimentos estabelecidos.	• Necessidade de reforço dos RH do ICNF e da DGAV, quer a nível central quer regional; • Constrangimentos na gestão da informação do ICNF; • Limitações de operacionalidade da BD SICOP; • Dificuldades na prestação, pelo ICNF, de informação que permita aferir da atual validade das autorizações; • Ausência de procedimento ou registo, para comunicação da interrupção de atividade comercial, para o conhecimento da situação da aquicultura, bem como para eventual revogação da autorização; • Detetaram-se inconformidades nos resultados das cinco vistorias realizadas; • Existem fragilidades quanto às verificações, registo, análise e relato, que remetem para melhor acuidade e formação dos técnicos; • Inexistência da aplicação do regime sancionatório às irregularidades detetadas; • Não se encontra instituída supervisão nem auditoria interna, a realizar pelo ICNF.
3 - Auditoria ao Sistema Nacional de Monitorização de Moluscos Bivalves (SNMB)	• A cooperação interna entre o SNMB e os laboratórios é adequada, bem como a comunicação e coordenação entre as AC envolvidas; • Os RH afetos ao SNMB, detêm formação adequada; • O SNMB detém um sistema de gestão de informação adequado quanto à divulgação de informação aos interessados; • Existem procedimentos documentados para a generalidade das atividades desenvolvidas no âmbito do SNMB; • A monitorização das ZDP é realizada,	• A legislação aplicável ao SNMB carece de atualização à luz dos novos regulamentos comunitários e dos diplomas nacionais • Não existe AC formalmente designada para efetuar a vigilância das ZDP interditas à apanha de MBV; • Necessidade de reforço de recursos humanos para preparação de amostras em laboratório, no acompanhamento e supervisão das colheitas e, ainda, ao nível dos estudos e relatórios sanitários; • Existem limitações em recursos materiais, designadamente, em equipamentos de laboratório, reagentes e viaturas;

PLANO	ASPECTOS POSITIVOS	NÃO CONFORMIDADES (TIPIFICADAS)
	de acordo com os normativos legais e procedimentos instituídos; - Os laboratórios do IPMA e os métodos de amostragem e de análise acreditados cumprem as disposições legais; - As decisões na sequência da monitorização têm sido adequadas e comunicadas às AC e demais interessados; - O registo e partilha de informações afigura-se bastante completo e detalhado, com destaque para o mapa interativo das ZDP. Também se releva a sistemática divulgação/formação junto de diversas entidades; - O SNMB tem efetuado ações de verificação à atuação dos amostradores, as quais se afiguram adequadas, - O IPMA tem sido alvo de auditorias internas e externas com caráter regular.	- A gestão das amostras, carece de melhoria; - Existem atualmente 41 ZDP delimitadas e classificadas, das quais apenas nove têm Relatórios Sanitários aprovados, dada a sua complexidade e as limitações em recursos humanos e financeiros; - IPMA não detém competências no âmbito do regime sancionatório; - O financiamento para a atividade regular do SNMB tem sido assegurado, maioritariamente, por fundos comunitários, o que traduz uma significativa dependência inerentes a projetos, situação que importa analisar com a Tutela; - Não se encontra instituído plano de emergência e gestão de crises no âmbito do SNMB, o que constitui uma lacuna face aos riscos potenciais deste género alimentício; - O SNMB não integra o PNCPI o que se afigura uma omissão, atendendo à sua relevância no controlo oficial de MBV.
4 - Acompanhamento das recomendações da Auditoria ao sistema de produção de lamas destinadas a valorização agrícola (VAL)	- Das dez recomendações às entidades auditadas, cinco estão cumpridas, encontrando-se as restantes em curso. - A operacionalização das eGAR, em 2017, assegurou o conhecimento do destino e a rastreabilidade das lamas; - A APA continua a promover o aperfeiçoamento do regime da VAL; - Relevam-se as medidas implementadas pela APA, de esclarecimento e disponibilização de documentação de apoio aos OE para os registos no SILiAmb/MIRR, designadamente a produtores e OGR de lamas de ETAR.	- Necessidade de articulação entre AC, na partilha de informação, fiscalização das operações, por forma a garantir o adequado cumprimento da lei e a segurança dos solos, do ambiente e da saúde pública; - Necessidade de apresentação de declaração de produção por todas as ETAR, por forma a reforçar o rigor e a obter mais pleno conhecimento da produção, tratamento e destino destes resíduos, destinados aos solos agrícolas - As ações de fiscalização das AC devem incluir a verificação do cumprimento dos requisitos de amostragem e de análises das lamas, impostos pelo DL n.º 276/2009.
5 - Acompanhamento das recomendações da Auditoria ao sistema de Licenciamento Ambiental	- Foram concluídas cinco das 19 recomendações dirigidas a esta AC, encontrando-se as restantes em curso; - Reforço da equipa técnica, através da abertura de concurso de recrutamento; - Elaboração de procedimentos e implementação de visitas técnicas no âmbito do licenciamento dos estabelecimentos industriais; - Existência de orientações para uma	- Escassez de recursos humanos; devido à elevada mobilidade; - Inexistência de entidades acreditadas pelo IPAC, no âmbito do PCIP; - Constrangimentos de operacionalidade nas Plataformas de interoperabilidade com o LUA/SILiAmb; - Inexistência de procedimento de articulação formalizado, no contexto das agro-indústrias;

PLANO	ASPECTOS POSITIVOS	NÃO CONFORMIDADES (TIPIFICADAS)
	abordagem integrada e integradora no Licenciamento Ambiental; - A APA tem promovido a colaboração com as CCDR, potenciando a partilha de informação e sua análise, e a deteção de alterações nas unidades industriais não comunicadas pelos OE; - Atualização da informação no sítio “LADigital” para maior transparência.	- Necessidade de aperfeiçoar a informação de suporte à decisão do Licenciamento Ambiental; - Extensão de Licenças Ambientais para além do legalmente permitido - Ausência de assinatura eletrónica do Título Único Ambiental (TUA), disposta pela Portaria n.º 137/2017, de 12 de abril.
6 Acompanhamento das recomendações formuladas na “Auditoria ao sistema de valorização em solos agrícolas por lamas de depuração” (2015) - (2.ª ação de acompanhamento)	- Adesão das entidades auditadas às recomendações efetuadas: das 34 recomendações efetuadas 14 estão concluídas e as restantes 16 em concretização; - Articulação entre as diferentes AC para definição de normas, procedimentos e orientações para a harmonização da aplicação da VAL; - Boas práticas existentes em algumas AC, em termos procedimentais e operacionais; - Redução do tempo para emissão de parecer.	- Necessidade de revisão do regime legal existente, a nível nacional e de elaboração e aperfeiçoamento dos normativos e procedimentos; - Necessidade adequar um SI com vista a permitir aferir o fluxo e a rastreabilidade das lamas, desde a produção à aplicação.
7 Acompanhamento das recomendações da Auditoria ao sistema de controlo oficial da produção e colocação no mercado dos moluscos bivalves vivos	- Foram implementadas ou encontram-se em curso, pela DGRM, DGAV e IPMA as recomendações efetuadas; - A DGRM disponibiliza o registo <i>online</i> dos documentos de produção e comercialização, para garantir o melhor controlo e rastreabilidade da produção e comercialização de MBV; - As AC implementaram medidas de articulação, tendo em vista a execução do sistema de controlo oficial de forma integrada, designadamente assentes em controlos conjuntos; - A DGRM remeteu à DGAV o seu Plano de Controlos 2018-2019, visando a sua integração no PNCPI; - Encontra-se assegurado, na DGAV, o financiamento da execução do seu controlo oficial, mediante a cobrança da taxa anual, que assegura as vistorias regulares aos OE; - Estão em fase de conclusão os trabalhos necessários para a extensão da acreditação dos métodos de pesquisa do Laboratório de Biotoxinas;	- Necessidade de promover formação específica e adequada, inerente ao exercício desta atividade, zelando pela controlo e segurança alimentar; - O SNMB carece do reforço de assistentes técnicos; - As atividades de amostragem e monitorização analítica do SNMB carecem do financiamento por via de projetos cofinanciados ao abrigo do Programa PORTUGAL 2020.

PLANO	ASPECTOS POSITIVOS	NÃO CONFORMIDADES (TIPIFICADAS)
	O IPMA privilegia a afetação dos meios humanos ao SNMB e, designadamente, a recente integração de bolseiros no quadro, que tem permitido cumprir o tratamento de amostras e as respetivas análises.	

- Principais recomendações das auditorias

Para melhor sistematização, apresenta-se no quadro seguinte, a síntese das principais recomendações da Auditoria e das ações de acompanhamento (*follow up*):

Quadro 3.2.3
Recomendações das Auditorias e das Ações de Acompanhamento realizadas

PLANO	PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES	AC
1 - Auditoria ao Sistema de Certificação de Animais Vivos e de Produtos de Origem Animal para Exportação (transitou de 2018)	• Avaliação das vantagens do reforço da coordenação regional; • Assegurar a dotação de recursos humanos e materiais necessários à realização das atividades de coordenação, execução e supervisão regional e nacional da certificação; • Prosseguir a elaboração, o aperfeiçoamento e publicitação dos normativos e requerimentos; • Assegurar as vistorias do Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos aos estabelecimentos de Produtos de Origem Animal nos prazos previstos; • Assegurar a adequada instrução dos requerimentos, pelos OE, e emissão dos certificados, pelos Médicos Veterinários (MV); • Garantir que os MV das explorações de origem dos Animais Vivos se encontrem acreditados; • Avaliar da melhor implementação e evolução dos SI de apoio à certificação; • Implementar supervisão regional e nacional da certificação de AV com carácter comercial.	DGAV
2 - Auditoria aos Sistemas de Licenciamento e de Controlo Oficial das Aquiculturas em Águas Interiores	• Estabelecer procedimentos de articulação mais eficazes, nomeadamente, para o efetivo conhecimento da totalidade das unidades aquícolas, sua caracterização, situação e conformidade legal; • Ponderar o reforço de recursos humanos e garantam a sua formação contínua; • Assegurar a adoção das medidas corretivas ou de regularização, bem como do regime sancionatório; • Desenvolver a melhor gestão da informação em Bases de Dados e promover procedimentos, de articulação interna, visando o melhor conhecimento e acompanhamento das unidades aquícolas; • Definir procedimentos para a comunicação da interrupção da atividade comercial, de molde a dar cumprimento ao estipulado na alínea e) do n.º	ICNF e à DGAV ICNF

PLANO	PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES	AC
	1 do art.º 21 do DL n.º 40/2017; • Proceder à análise da regularidade das autorizações mantidas válidas; • Assegurar o reporte de informação anual por parte dos Operadores Económicos, efetuar sua análise individual e adotar as adequadas medidas em caso de incumprimento; • Prosseguir a vistoria das unidades aquícolas, em todos os seus fins, atente ao desenvolvimento da sua organização e supervisão e ponderar maior envolvimento dos departamentos regionais na sua execução. • Instituir procedimentos, para verificação da conformidade do enquadramento e registo dos produtores primários, para efeitos de autorização na venda direta de peixe aos consumidores finais; • Ponderar, quanto aos indicadores de risco no novo Plano Integrado de Controlo Oficial das Pisciculturas, por forma a evitar uma excessiva frequência de Controlos Oficiais. • Garantir, nos Controlos Oficiais, a melhor acuidade na observação de toda a atividade aquícola nas unidades e a sua melhor fundamentação e registo nas Lista de Verificação das Pisciculturas e no relato, em particular, em situações de inconformidade. • Prosseguir os trabalhos que permitem a acreditação dos métodos analíticos.	DGAV INIAV
3 - Auditoria ao Sistema Nacional de Monitorização de Moluscos Bivalves (SNMB)	• Harmonização e a atualização da legislação nacional com os normativos comunitários; • Dotação de fontes de financiamento, que garantam a segurança e previsibilidade do SNMB; • Maior operacionalidade do Grupo de Trabalho para a Promoção da Segurança Alimentar dos Produtos do Mar, com vista a potenciar a comunicação e coordenação entre AC; • Universalidade e a adequação dos procedimentos, bem como a implementação de um sistema integrado de gestão de amostras, para todos os domínios de análise no SNMB; • Atempada elaboração dos programas de monitorização, nos termos do Reg. 2019/627 e acesso aos resultados dos autocontrolos dos OE, para efeitos da (re)classificação de Zonas de Produção (ZDP); • Acreditação de todos os métodos laboratoriais; • Supervisão das colheitas de amostras, mediante ações de verificação, em todas as ZDP; • Previsão, no âmbito do SNMB, da existência de um Plano de Emergência e Gestão de Crises; • Integração do SNMB no PNCP, atenta a sua relevância.	IPMA
4 - Acompanhamento das recomendações da Auditoria ao sistema de produção de lamas destinadas a valorização agrícola (VAL)	• Otimização do SiLiAmb, para promover o efetivo conhecimento da totalidade da produção das lamas de depuração de ETAR e seu destino; • Prossiga, conjuntamente com a CTADL com a DGADR, os trabalhos de aperfeiçoamento do regime da VAL e promova, a legalidade e boa utilização do destino das lamas produzidas em ETAR; • Assegurem, nas ações de auditoria e de fiscalização, a verificação do cumprimento dos requisitos obrigatórios de amostragem e análises das lamas, por parte dos OE, como determinado pelo DL n.º 276/2009.	APA APA e CCDR

PLANO	PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES	AC
5 - Acompanhamento das recomendações da Auditoria ao sistema de Licenciamento Ambiental	• Dotação de meios humanos para acompanhamento das instalações e cumprimento dos prazos da tramitação processual; • Sistematização da análise técnica, também por avaliação <i>in loco</i>, e respetivo apoio à decisão dos processos; • Articulação com as EC para a devida comunicação e partilha de informação, nos casos excecionais de requerimento submetido diretamente em LUA/SILiAmb; • Cumprimento das disposições legais para submissão de pedido da renovação da LA, bem como a aplicação tempestiva da caducidade; • Assegure a legalidade de prorrogações da LA já concedidas, atenta a validade máxima da licença; • Institua a assinatura eletrónica do Título Único Ambiental (TUA), conforme legalmente previsto; • Assegure a análise sistemática dos RAA, visando melhor acompanhamento das instalações; • Garanta a atualidade da informação constante do <i>site</i>, em “<i>LADigital</i>”.	APA
6 - Acompanhamento das recomendações formuladas na “Auditoria ao sistema de valorização em solos agrícolas por lamas de depuração” (2015)	• Revisão do DL n.º 276/2009, em articulação com a APA e as DRAP, para submissão à Tutela; • Aperfeiçoamento do SILiAmb, de molde a assegurar o conhecimento dos fluxos e rastreabilidade das lamas para VAL, e a prevenir os espalhamentos ilegais; • Aperfeiçoamento das normas e procedimentos vigentes visando a sua harmonização e eficácia; • Foco em medidas que assegurem o cumprimento do prazo de emissão dos pareceres vinculativos; • Cumprimento dos requisitos, pelos OGR, quanto a <i>e-GAR</i> e à presença do TR na aplicação das lamas; • Ampliação e aperfeiçoamento do controlo <i>in loco</i>, no âmbito da VAL; • Cumprimento do dever de informação ao titular de exploração no prazo definido; • Adoção de modelos de informação técnica de análise de PGL e DPO, e de suporte à decisão de aprovação.	DGADR APA DRAP Centro, DRAP Alentejo DRAP Algarve
7 - Acompanhamento das recomendações da Auditoria ao sistema de controlo oficial da produção e colocação no mercado dos moluscos bivalves vivos (MBV)	• A formação adequada, inerente à licença de apanhador de MBV, designadamente no domínio dos requisitos para a segurança alimentar; • A submissão à Tutela da proposta de diploma para substituição da Portaria n.º 1421/2006 em vigor; • A conclusão com celeridade dos levantamentos sanitário das ZDP e dos respetivos relatórios sanitários; • A conclusão da acreditação dos métodos de pesquisa das biotoxinas exigida pela regulamentação comunitária; • O reforço do pessoal <i>assistente técnico</i>, necessário ao cumprimento das tarefas do SNMB; • A avaliação, com a Tutela, das necessárias fontes de financiamento regular, para garante do melhor cumprimento das suas atribuições no âmbito deste sistema de controlo oficial dos MBV.	DGRM IPMA

IV - ALTERAÇÕES AO PNCPI 2015-2019

- Plano de Controlo Oficial de Navios (PCON): Melhoria na aplicação de critérios de risco:
 - Alteração do universo de embarcações por região, de modo a que seja considerado o local de descarga e respetivas quantidades de produtos da pesca, em detrimento do porto de registo;
 - Harmonização dos procedimentos de verificação entre os diferentes planos coordenados pela DCCA.
- O Plano de Controlo à Certificação para Países Terceiros de Animais Vivos e de Produtos Animais mudou a denominação para *Plano de Controlo à Certificação para Países Terceiros de Animais Vivos e de Produtos Germinais*.
- O Plano de Controlo à Importação de Animais Vivos e de Produtos Animais mudou a denominação para *Plano de Controlo à Importação de Animais Vivos e de Produtos Germinais*.

SIGLAS

AC - Autoridade Competente

BEA - Bem-estar Animal

CAA - Controlo Oficial de Alimentos para Animais

CO - Controlos Oficiais

DBEA - Divisão de Bem-estar Animal

DGAV - Direção-Geral de Alimentação e Veterinária

DGRM - Direção Geral dos Recursos Marinhos

DOP - Denominação de Origem Protegida

DRA - Direção Regional de Agricultura

DRAG - Direção Regional de Agricultura

DRAP - Direção Regional de Agricultura e Pescas

DRAPAL - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

DRAPALG - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

DRAPC - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

DRAPN- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

DSAVR - Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária Regional

DSECI- Direção de Serviços de Estratégia, Comunicação e Internacionalização

DSSA - Direção de Serviços de Segurança Alimentar

DSPA - Direção de Serviços de Proteção Animal

DSAVR - Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária Regional

DSAVRA- Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária das RA

DSVRALG - Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária do Algarve

DSAVRLVT- Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária de Lisboa e Vale do Tejo

DSAVRALT - Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária do Alentejo

DSAVRC - Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região Centro

DSAVRN - Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária Regional do Norte

EEB - Encefalopatia Espongiforme dos Bovinos

EET - Encefalopatia Espongiforme Transmissível

EM- Estado Membro

ETG - Especialidade Tradicional Garantida

GA- Géneros Alimentícios

HCK - Herpesvirose da Carpa Koi

ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e Florestas

IGAMAOT - Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

IGP - Indicação Geográfica Protegida

INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária

IPAC, I.P - Instituto Português de Acreditação, Instituto Publico

IPMA I.P - Instituto Português do Mar e da Atmosfera, Instituto Publico

MBV- Moluscos Bivalves Vivos

MPAI- Manual de Procedimentos de Auditorias Internas

NA - Núcleo de Auditorias

NC- Não Conformidades

NHI - Necrose Hematopoiética Infecciosa

OC - Organismo de Controlo

OE - Operador Económico.

OPP - Organização de Produtores Pecuários

PC- Plano de Controlo

PEV- Pontos de Entrada dos Viajantes

PIF - Posto de Inspeção Fronteiriço

PPA- Plano de Proteção Animal

RA - Regiões Autónomas

RAA - Região Autónoma dos Açores

RAM - Região Autónoma da Madeira

SHV - Septicémia Hemorrágica Viral

SICOP - Sistema de Informação do Controlo Integrado das Pisciculturas

SIPACE - Sistema de Informação do Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos

UA - Unidade Aquícola

UE - União Europeia

UO - Unidade Orgânica

UVL - Unidades Veterinárias Locais do sistema TRACES

Direção-Geral de Alimentação e Veterinária

Direção de Serviços de Estratégia, Comunicação
e Internacionalização

Campo Grande, 50
1700-093 Lisboa

Geral 213 239 500
www.dgav.pt

